



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS III – BACABAL –MA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS / SOCIOLOGIA

ADRIANO SOUSA ROCHA

**PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA
UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL ALICE MENDES**

Bacabal
2018

ADRIANO SOUSA ROCHA

**PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA
UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL ALICE MENDES**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de licenciatura em Ciências Humanas e Habilitação em Sociologia.

Orientador: Prof^o. Dr. Wheriston Silva Neris

Bacabal
2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Sousa Rocha, Adriano.

Percepções e experiências de inclusão de alunos surdos na Unidade de Ensino Fundamental Alice Mendes / Adriano Sousa Rocha. - 2018.

82 f.

Orientador(a): Profº. Dr. Wheriston Silva Neris.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2018.

1. Educação inclusiva. 2. Libras. 3. Metodologia. 4. Sociologia. 5. Surdez. I. Silva Neris, Profº. Dr. Wheriston. II. Título.

ADRIANO SOUSA ROCHA

**PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA
UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL ALICE MENDES**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia, Campus III Bacabal.

Aprovada em Bacabal/MA ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Msc. Reinaldo dos Santos Barroso Júnior
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

A Deus porque é fonte da vida; aos meus pais pelo exemplo de luta, e dedicação constante; aos meus filhos e amigos de turma pelo incentivo, apoio e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, que me deu forças e sabedoria para concluir esse trabalho.

A meus familiares que sempre me apoiaram.

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para a elaboração desta monografia e de modo especial ao orientador Professor Wheriston Silva Neris, pelo incentivo constante e segura orientação.

A Professora Maria Nilcilene André Barbosa pelo apoio na conclusão dessa etapa decisiva em minha vida.

Aos professores que fizeram parte da minha formação.

Aos colegas de turma e amigos que sempre me incentivaram.

O tempo que levamos dizendo que para haver alegria na escola é preciso primeiro mudar radicalmente o mundo é o tempo que perdemos para começar a inventar e a viver a alegria.

Paulo Freire (1993, p. 10)

RESUMO

O objetivo desta monografia é problematizar as experiências e práticas de inclusão de alunos com surdez na Unidade de Ensino Fundamental Alice Mendes, localizada no município de Bacabal/MA. Recorrendo a dispositivos metodológicos variados (levantamento bibliográfico, observação do participante, aplicação de questionários), procuramos apreender diferentes dimensões da problemática da Educação Inclusiva envolvendo alunos surdos a partir das percepções e depoimentos de atores desse cenário. Os dados construídos revelam que a despeito dos avanços legais e institucionais, e até mesmo das diferentes iniciativas de sucesso, ainda persiste uma defasagem entre o texto legal e as experiências efetivas, o que demonstra que muito ainda deve ser feito no sentido de garantir uma atitude consequente e responsável com esse grupo.

Palavra-chave: Educação inclusiva, surdez, libras, metodologia, sociologia.

ABSTRACT

The purpose of this monograph is to discuss the experiences and practices of inclusion of pupils with deafness in the elementary school Alice Mendes, located in the municipality of Bacabal/MA. Using various methodological devices (bibliographic survey, participant observation, questionnaires), seek to capture different dimensions of the problems of inclusive education involving deaf students from the insights and testimonials from actors of this scenario. Constructed data reveal that in spite of the legal and institutional developments, and even of different successful initiatives, remains a gap between the legal text and effective experiences, what demonstrates that much still needs to be done in order to ensure a consistent and responsible attitude with this group.

Keyword: Inclusive education, deafness, pounds, methodology, sociology.

LISTA DE GRÁFICOS: ENTREVISTAS COM ALUNOS

Gráfico 1:	Sobre o prazer de estudar naquela escola	46
Gráfico 2:	Quanto a importância do interprete em sala de aula	47
Gráfico 3:	As perspectivas de cursar uma faculdade	48
Gráfico 4:	Sobre o relacionamento dos alunos surdos e ouvintes	49
Gráfico 5:	Quanto ao auxílio dos professores aos alunos surdos	50
Gráfico 6:	Sobre a comunicação entre alunos surdos e ouvintes	51
Gráfico 7:	Quanto ao conhecimento da Libras	52
Gráfico 8:	Sobre o aprendizado das disciplinas	52
Gráfico 9:	Quanto a permanencia no âmbito escolar.....	53
Gráfico 10:	Quanto a inclusão no sistema Educacional	54

LISTA DE GRÁFICOS: ENTREVISTAS COM PROFESSORES, CUIDADORES E INTERPRETES

Gráfico 1:	Sobre a comunicação com os alunos surdos	55
Gráfico 2:	Quanto a capacitação para educar alunos surdos	56
Gráfico 3:	Sobre o desenvolvimento educacional dos alunos surdos	57
Gráfico 4:	Quanto aos recursos da escola para auxiliar o aprendizado dos alunos surdos	58
Gráfico 5:	Quanto ao plano de aula	58
Gráfico 6:	Quanto as metodologias dos docentes	59
Gráfico 7:	Sobre o planejamento mensal	60
Gráfico 8:	Quanto a inclusão educacional.....	61
Gráfico 9:	Sobre o atendimento ao aluno surdo	62
Gráfico 10:	Quanto a parceria de pais, professores e demais funcionários da escola.....	63

LISTA DE SIGLAS

AEE	-	Atendimento Educacional Especializado
ASGs	-	Agentes de Serviços Gerais
ASTILB	-	Associação de Surdos, Tradutores e Interpretes de Libras de Bacabal
BPC	-	Benefício de Prestação Continuada
CEB	-	Câmara de Educação Básica
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
D.A	-	Deficiência Auditiva
DI	-	Deficiência Intelectual
IFMA	-	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
INES	-	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	-	Língua Brasileira de Sinais
LS	-	Língua de Sinais
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PCNs	-	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	-	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	-	Plano Nacional de Educação
PPP	-	Projeto Político Pedagógico
TDAH	-	Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade
TILS	-	Tradutor Intérprete de Língua de Sinais
U.E.F	-	Unidade de Ensino Fundamental
UFMA	-	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. REPENSANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Surdez, educação e legislação	15
1.1 Educação Inclusiva	15
1.2 Surdez e Educação Escolar	21
1.3 Documentos Legais.....	27
2. CARACTERIZANDO O CONTEXTO DE ANÁLISE: Escola e surdez em Bacabal	31
2.1 A educação inclusiva a partir de Bacabal	31
2.2 Entrando na escola: a escola Alice Mendes e o seu projeto político pedagógico.....	39
3. A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: o que dizem professores, cuidadores, intérpretes e alunos	46
3.1 Como os alunos percebem a inclusão do aluno surdo	46
3.2 Percepções de professores sobre as experiências de inclusão de alunos com surdez....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

INTRODUÇÃO

Entre as várias respostas que se pode dar à questão da utilidade da sociologia, sempre considerei que além de analisar o mundo social, ela deveria também servir de instrumento para a aquisição de competências críticas importantes para a vida cotidiana. Baseado neste princípio, esta monografia resulta de um trabalho investigativo e reflexivo sobre a realidade do aluno surdo na sala de aula visando contribuir com possíveis melhorias no que diz respeito retratar os avanços e os fracassos vivenciados no dia a dia da comunidade surda. O seu ponto de partida derivou do interesse por conhecer as metodologias que contribuem para facilitar a aprendizagem do aluno surdo em sala de aula e problematizar as experiências e práticas de inclusão através de um contexto concreto, representado pela Unidade de Ensino Fundamental Alice Mendes.

Metodologicamente a presente pesquisa esteve orientada pelo fito de combinar diferentes estratégias metodológicas. A começar pela observação do cotidiano escolar e a coleta de depoimentos de professores, alunos, intérpretes e cuidadores sobre como a escola tem tratado o aluno surdo. Da mesma forma, além do aprofundamento bibliográfico e a exploração de documentos legais, recolhemos informações junto à Secretaria Municipal de Educação e a integrantes de movimentos associados à causa na região. A intenção de fundo era abordar a problemática da inclusão no espaço escolar como uma parte de um processo mais ampliado de tratamento da diferença no contexto em pauta.

O interesse pela realização desse estudo deriva do meu contato mais estreito com a comunidade surda e, como já mencionado, do desejo de contribuir para melhoria desse processo de inclusão no espaço escolar. Paralelamente, na proporção em que fui me inteirando mais a respeito da temática, pude compreender a existência de uma defasagem entre o texto legal e as experiências efetivas, o que demonstra que muito ainda deve ser feito no sentido de garantir uma atitude consequente e responsável com esse grupo.

Para uma melhor compreensão e organização, este trabalho foi dividido em 03 capítulos. No primeiro, procuro problematizar o tema da educação inclusiva, inscrevendo o seu debate na história das vicissitudes e dos desafios enfrentados por pessoas que tem necessidades especiais, e no quadro dos avanços em matéria legal. No segundo, passamos a realizar uma caracterização da questão da educação inclusiva a partir de Bacabal e U.E.F. Alice Mendes, recorrendo a aspectos mais historiográficos, por assim dizer. O último capítulo, por seu turno, aborda as percepções de alunos e professores a respeito dessa problemática. Como ficará claro ao longo do texto, os resultados obtidos permitem apoiar a hipótese de partida de que, a respeito dos avanços legais e até mesmo das diferentes iniciativas de sucesso nesse plano, muito ainda precisa ser feito para que a inclusão seja um fato real.

1. REPENSANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Surdez, educação e legislação

O objetivo deste capítulo é duplo. Por um lado, trata-se de explorar a questão da educação inclusiva e, de maneira geral, problematizar a maneira como a escola lida com a diferença. Por outro, procuro pensar essa questão a partir da inclusão do aluno surdo e dos dispositivos legais que estão na base desse processo.

1.1 Educação Inclusiva

O Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), regulamenta a educação Inclusiva e estabelece propostas para a função da nova educação especial objetivando a acessibilidade, permanência e o sucesso da criança em sala de aula de forma igualitária, levando em consideração a sua deficiência, respeitando suas diferenças e estimulando-os ao sucesso acadêmico.

Historicamente, falando sobre a Educação Especial, ficamos chocados com a triste realidade vivida pelas pessoas com alguma deficiência. Na Grécia Antiga, conforme relata Giles (Apud SILVA, 2012, p.15), “havia o ideal do adulto saudável e forte”. Segundo o autor: “Esse pensamento partia da atuação militar, à defesa da pátria, ao êxito nos jogos, à boa prática das ciências Matemática, Astrologia, etc.; à estética da beleza e à manutenção da saúde”.

Observa-se nessa afirmativa, que a vida de uma pessoa com alguma deficiência não se encaixava no padrão do pensamento Grego, sendo que os mesmos automaticamente eram excluídos. Segundo Passotti (Apud SILVA, 2012, p. 15):

As crianças com deficiências físicas ou mentais nascidas em Esparta eram eliminadas ou abandonadas, já que eram consideradas subumanas. Dessa forma, antes mesmo de ficarem sob os cuidados dos familiares, as crianças passavam por uma inspeção do Estado para se verificarem se elas eram sadias e fortes. Após a inspeção, as crianças doentes, frágeis ou deficientes eram abandonadas até a morte.

Observa-se que a autora narra com precisão os costumes de Esparta, demonstrando uma tradição que reforçava uma realidade de sofrimento, abandono e tortura para as pessoas que nasciam com deficiência ou alguma fragilidade. Essa prática de exclusão era tradição de diversos outros países e regiões europeias vividas na antiguidade.

Na Idade Média, ainda segundo Silva (2012), ocorreram algumas mudanças, pois a doutrina cristã propagava que todo homem era criatura divina, portanto deveriam ser amadas e aceitas como tal. No entanto, a autora destaca que o Cristianismo não resolveu o problema do deficiente, pois o abandono e maus tratos continuaram a existir. Segundo Mendes (2006a, p. 387):

A história da Educação Especial no mundo ocorreu no século XVI, com médicos e pedagogos que acreditam na possibilidade de aprendizagem dos indivíduos considerados na época como ineducáveis, já que na época, educação era direito para poucos, esses precursores desenvolveram seus trabalhos onde os mesmos realizaram o trabalho de professores para com os seus pupilos.

Pedro Ponce de Leon (1520-1584), é citado na história da Educação Especial como um grande exemplo dos precursores da educação de surdos, Monge espanhol beneditino, filho de nobres, dedicou boa parte de sua vida para ensinar os surdos. Mais adiante, segundo Passotti (Apud SILVA, 2012, p. 18), o mesmo destaca a grande importância de Jonh Locke e suas contribuições decisivas para o processo de ensino das pessoas com deficiência. Jonh Locke enfatizava que: “A experiência sensorial deve basear na prática pedagógica, havendo individualidade no processo de aprendizagem, pois a experiência é condição preliminar dos processos complexos de pensamento e que objetos concretos são importantes para aquisição de noções”.

Muitos anos se passaram, avanços alcançados e várias personalidades foram se destacando pelas contribuições que fizeram parte da história da Educação Especial, acreditando na possibilidade da acessibilidade das pessoas com deficiência no meio educacional e social. Com este pensamento lembramos a iniciativa de Charles Michel de L'Épée, fundador da primeira escola pública para surdo em Paris, no século XVII. O mesmo tinha como meios de comunicação à língua de sinais dos objetos concretos. No entanto, percebe-se a necessidade de uma maior expansão para a comunicação com os surdos.

Grandes avanços vêm acontecendo para facilitar e corrigir as falhas educacionais existentes ao longo da história, no que diz respeito à educação inclusiva, a educação do surdo. As tecnologias têm contribuído para tais avanços, como por exemplo os aparelhos celulares e aplicativos, que permite a comunicação do surdo com surdo em diferentes lugares, além de conter programas e cursos que permitem a aprendizagem da Libras, facilitando assim a comunicação e a expansão desta língua a pessoas interessadas em conhecê-la.

Mazzotta (Apud SILVA, 2012), relata outro grande acontecimento para a história da Educação de Surdos. Segundo o autor, também em Paris em 1784, foi fundado o Instituto Nacional dos Jovens Cegos, que abrigava e ensinava seus internos através de letras em relevo. Seu fundador, Valentin Haüy, tinha grande preocupação com a aprendizagem dos cegos. E foi deste Instituto que Louis Braille adaptou o sistema Braille favorecendo a leitura e a escrita dos cegos através do Braille. Essa iniciativa foi uma motivação para fundação de novos Institutos na esfera de outras deficiências, inclusive a dos surdos.

É de se observar que, a história da Educação Especial no mundo foi lenta e degradante, mas por outro lado, avanços foram influenciando outros países a se preocuparem com o tema, e no Brasil não foi diferente, segundo Jannuzzi (2004). Desde a Constituição de 1824 o direito à educação de pessoas com deficiência já estava previsto em lei, mas só em 1857 com o crescimento econômico do país e as influências trazidas de outros países, como a França, o

imperador D. Pedro II criou a primeira Instituição para atender pessoas surdas. Este fato se deu conforme a lei nº 839, de 26 de setembro de 1857 no Rio de Janeiro, tendo como finalidade atender surdos-mudos dos 7 a 14 anos, com a finalidade de profissionalizar essa clientela.

Matematicamente falando, é notório o desinteresse dos governantes em exercer o direito à educação de pessoas com necessidades, somente após mais de três décadas é que sobre a influência de outros países e a sensibilidade de determinadas pessoas que sonhavam em igualdade de direitos é que começa a surgir indícios de direito à educação. A autora também descreve a falta de qualidade dessas instituições educacionais, pois a precariedade era visível e a falta de credibilidade para com os deficientes era evidente.

Jannuzzi (Apud SILVA, 2012, p.10), nos diz que: “a medicina influenciou muito na educação das pessoas com deficiência pela atuação direta dos médicos e também pela atuação destes como diretores e professores. Além disso, a influência se deu pela repercussão de ensinamentos fundados na medicina”.

Como afirma as autoras, foi a medicina que deu início à educação de pessoas com deficiência, pois os próprios médicos exerciam o papel de professor através de suas experiências; professores, médicos, e aluno pacientes, foram alcançando resultados positivos que estimularam e influenciaram outros estudiosos a dar continuidade no trabalho investigativo de investir no desenvolvimento cognitivo da pessoa com deficiência. Percebe-se a importante parceria entre pedagogos e médicos em realizar um trabalho que alcançasse bons resultados. Estes resultados constatavam que as pessoas com deficiência tinham que ter os mesmos direitos e que também de forma diferenciada e se fossem bem estimuladas poderiam aprender a realizar com grande sucesso, grandes obras.

O aluno surdo encontra muitas dificuldades no processo educacional, pois a criança surda não é amparada por lei, a limitação na comunicação inibe e prejudica seu desenvolvimento cognitivo, o fato de ser diferente gera desconfortos em sala de aula, resultando

em conflitos emocionais, sociais e cognitivos. Observa-se que o aluno surdo não é respeitado por lei no que diz respeito à sua realidade. Vejamos: a criança ouvinte inicialmente aprende a falar e adquirir o significado das palavras, só a partir daí ela aprenderá a ler e a escrever, além de interpretar, produzir e etc. Já o deficiente auditivo não passa por esse processo de primeiro conhecer os sinais e significado em Língua de Sinais que é sua primeira língua ou língua materna, para à partir de então iniciar o processo de leitura, escrita, produção e etc. da sua segunda língua que no caso do Brasil é a LIBRAS. A falta deste processo retarda a aprendizagem do aluno com surdez, além da reprovação, evasão do ambiente escolar. Esses fatores dificultam a continuidade e o interesse dos mesmos em ingressar em uma universidade.

De acordo com Aranha (2005, p. 14), o período de Institucionalização diz respeito à história da Educação Especial no Brasil e era realizado da seguinte forma: “As pessoas com deficiência eram retiradas de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente situadas em localidades distantes de suas famílias”.

Evidenciamos a brutalidade na metodologia adotada na época pelas instituições que dava o acesso de pessoas com alguma “anomalia patológica”, às escolas especiais, os mesmos não podiam viver com seus familiares, já que os mesmos não sabiam como conviver com a pessoa com deficiência. Os demais familiares sentiam-se envergonhados por ter na família pessoas consideradas como “anormais”.

A inclusão escolar é um tema que atualmente é muito se tem discutido, pois com esta temática, rompe-se os paradigmas do conservadorismo escolar. Abrangendo e dando oportunidade de acessibilidade a todos, no ambiente escolar sem exclusão, conseqüentemente os espaços educacionais são organizados pedagogicamente para acolher todo tipo de clientela, os currículos, planejamentos e avaliações precisam ser adaptadas à realidade de cada aluno.

A esse respeito Silva (2012, p.118), descreve que a resolução CNE/CEB nº 2/2001, estabelece: “os sistemas de ensino ficam responsáveis pela criação e pela implementação de um setor responsável pela educação especial e os gestores educacionais e escolares como responsáveis por assegurar a acessibilidade dos alunos ao espaço físico e ao conhecimento”.

Com esta resolução, observa-se que à partir de então o sistema educacional tem obrigatoriedade a dar direito igual a todos os alunos, no entanto, constata-se que muitos profissionais não estão aptos a trabalhar as necessidades específicas de todos os discentes. No caso do surdo, de acordo com o que foi observado no estágio; verifica-se que, os professores em sala, não conhece a Libras, e que sem a ajuda do interprete o trabalho com o aluno surdo fica complicado, pois a comunicação é inexistente. É claro que a Inclusão é necessária, no entanto, para que o sucesso da aprendizagem aconteça é necessário não só a dedicação e competência dos professores, mas uma parceria de profissionais e familiares, que juntos desenvolvam estratégias para o aperfeiçoamento das habilidades individuais dos alunos, necessitando de um trabalho colaborativo entre professores e interpretes. Segundo Silva (2012, p. 144): “Os dois professores trabalham juntos e desenvolvem um currículo diferenciado visando suprir as necessidades envolvidas com o processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos”.

Esse trabalho consiste na parceria entre estes dois profissionais, o planejamento, a apresentação de conteúdo, o manejo da sala de aula e a avaliação, devem ser realizados de forma conjunta, com o objetivo de melhorar o ambiente de aprendizagem. Com estas estratégias, percebe-se a necessidade da união entre estes profissionais que juntos buscam uma metodologia que contribua positivamente com a aprendizagem seu alunado. Infelizmente, é fato constatar que o intérprete geralmente não tem acesso ao planejamento do professor titular de sala de aula, prejudicando assim o desenvolvimento cognitivo do aluno com surdez.

1.2 Surdez e Educação Escolar

Na Língua de Sinais existem três concepções desenvolvidas sobre a educação de pessoas com surdez, que aborda o oralidade, a comunicação total e o bilinguismo.

Neste trabalho iremos nos aprofundar na teoria de L'epée, que com a utilização da LS (língua de sinais), seu trabalho contribuiu muito para a atual realidade dos surdos no Brasil e demais países. É importante lembrar que a língua gestual não foi criada por L'epée, mas pelos monges que a utilizavam nos mosteiros, onde prevalecia a lei do silêncio.

Como já falamos, as barreiras comunicacionais e atitudinais entre ouvintes e surdos dificultam até hoje a inclusão dos surdos no contexto social, no entanto a utilização de Libras aqui no Brasil vem favorecendo e mudando aos poucos está triste realidade.

Para Vygotsky, a linguagem é uma característica própria do homem, que a diferencia dos demais animais, e que o possibilita de viver inserido em uma sociedade. Como cita: “A linguagem é adquirida na vida social e é com ela que o sujeito se constitui como tal, com suas características humanas, diferencia-se dos demais animais. É no contato com a linguagem, integrando uma sociedade que faz uso dela, que o sujeito a adquire” (VYGOTSKY, 2001, p.165).

Em nosso país utilizamos a abordagem educacional por meio do bilinguismo, visando facilitar a aprendizagem do surdo para a utilização de duas línguas na sua rotina escolar e social. Esta abordagem trabalha a língua materna do surdo que é a Língua de Sinais e sua língua de origem que no Brasil é o português. As metodologias adotadas pelo professor da sala para um aluno surdo devem ser bem elaboradas, articulada e vivencial, priorizando remover as barreiras linguísticas melhorando a aprendizagem dos mesmos, destacando a liberdade para o aluno se expressar em libras, favorecendo sua participação, inclusão e permanência no ambiente escolar, estimulando e desafiando o discente para expor seus pensamentos, exercitando assim sua

capacidade, perceptivo-cognitivo, conseqüentemente este indivíduo será capaz de atuar, interagir no mundo social de forma igualitária.

Recentemente vem sendo desenvolvidas pesquisas que relatam a preocupação dos surdos em se manter agrupados formando comunidades linguísticas. A esse respeito, Sueli Fernandes (2013, p. 50), enfatiza que é necessário considerar que:

De forma diferente de comunidades étnicas, religiosas ou políticas, a comunidade de surdos deve ser compreendida como uma “Comunidade de experiências”. É o agrupamento organizado de todas aquelas pessoas (ou parte delas), que tem uma diferença específica relacionada com a formação da identidade social e sua integração se dar por meio dessa diferença.

A autora especifica a comunidade surda como um espaço de partilha linguísticas e cultural sem distinção de raça, religião ou política. Nestas comunidades também fazem parte ouvintes que estão unidos por afinidades comuns, que se reúnem para dialogar sobre assuntos pertinentes ao interesse do grupo, buscando melhorias para o bem comum de todos.

A LIBRAS é a sigla utilizada para designar a Língua Brasileira de Sinais, sua utilização é realizada pelas comunidades surdas brasileiras. Esta língua foi oficializada no território nacional pela Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e regulamentada em 22 de dezembro de 2005 pelo decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Como ainda descreve Fernandes (2013, p. 81): “está regulamentação trouxe avanços para a cidadania Bilíngue das pessoas surdas, pois ampliou os domínios da língua de sinais nos diferentes segmentos sociais, tornando componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores”.

Com a sanção desta lei as comunicações entre surdos e ouvintes se expandiram, os professores e fonoaudiólogo e pessoas simpatizantes, procuraram se qualificar na área para facilitar a comunicação entre seus alunos/pacientes. Com esta regulamentação os benefícios começaram a surgir e tantos surdos quanto ouvintes se aprofundaram no tema, pois aumentou o mercado de trabalho para interprete e tradutor desta língua, favorecendo a acessibilidade, a permanência e resultando em um maior rendimento na aprendizagem do aluno surdo. Sabemos

que muito ainda se espera para que o aluno surdo tenha melhor êxito no desenvolvimento cognitivo, no entanto esta resolução tem contribuído com melhorias significativas no desempenho escolar do aluno surdo. Como considera Fernandes (2013, p. 87): “É fundamental que os surdos, como parte de uma minoria linguística, apropriem-se, além da língua de sinais, da língua portuguesa para ampliar suas relações interculturais e sociais”.

A autora exemplifica a importância do estudo da segunda língua portuguesa, pois a língua de sinais deve ser bilíngue, uma vez que a língua brasileira é o português, todavia o uso da língua de sinais deve ser incorporada a língua oficial do país, desta forma a comunicação entre surdos e ouvintes será mais utilizada favorecendo uma maior inclusão do surdo no meio social, pois o mesmo precisa ser reconhecido como um cidadão dotados de direitos e deveres.

Segundo Kant (apud DURKHEIM, 2012, p. 44), considera que: “o objetivo da Educação é desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição da qual ele é capaz, elevando ao ponto mais alto possível, todas as potencialidades que existe em todos os discentes, atendendo suas aptidões e diferenças”.

Os autores acima citados veem a educação como o meio que estimula o indivíduo a aprendizagem, pois a educação desenvolve nos discentes suas potencialidades, de forma diferenciada, atendendo as necessidades e as diferenças de cada um. Infelizmente no que diz respeito à história da Educação Especial, constata-se que o deficiente não era visto como uma pessoa capaz de aprender, de ter direitos, de ser estimulada e respeitada como pessoa. Essa realidade repercutiu por séculos e até hoje, apesar de termos uma grande quantidade de exemplos de pessoas com necessidades especiais que demonstram comoventes exemplos de superação, ainda encontramos pessoas que tratam o deficiente físico como incapaz.

A Educação Inclusiva é um tema bastante discutido, principalmente pela comunidade surda, que é composta como o próprio nome já diz, por surdos, além dos familiares, professores, intérpretes, amigos e etc. Todos participam e compartilham dos interesses em comum, como a

difusão e a integração de seus membros na sociedade. Muitas vezes o professor não tem conhecimento da língua de sinais, tornando impossível o processo ensino aprendizagem, resultando em uma exclusão no que se refere à efetiva participação e à autonomia do aluno surdo em sala de aula, mascarando assim o conceito de inclusão, quando na verdade o que existe é uma integração do aluno surdo no ambiente escolar. Esta realidade é discutida entre grupos, pois nota-se uma evidencia no fracasso escolar e na desistência dos surdos na continuidade dos estudos, pois seus esforços são enormes no que diz respeito ao querer aprender, no entanto, o fato do professor não conhecer a Libras, muitas vezes resultam em conflito de interpretação, pois o mesmo ao corrigir um trabalho ou prova do aluno surdo, ele não entende o expressar do mesmo, pois sua escrita é diferente, a libras tem suas próprias normas gramaticais e o professor quer o português com sua forma gramatical, obedecendo a suas concordâncias, fato este que é diferenciado na língua de sinais.

De acordo com o decreto 5.626 de 05 de dezembro de 2005, as pessoas com surdez têm direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução, e que o acesso às duas línguas ocorra simultaneamente no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo. Este decreto reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Libras (Língua Brasileira de Sinais), como língua oficial, a partir da sanção deste decreto, torna-se reconhecida como uma língua para surdo, pois sua forma de expressão e comunicação acontece pelo sistema linguístico de natureza visual-motora com estrutura gramatical própria, constituindo um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas, seus familiares, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham do mesmo interesse no Brasil. Desta forma torna-se legalizado o uso e a expansão do uso da Libras além de garantido nas empresas e

órgãos públicos a difusão deste meio de comunicação o atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva.

A lei 10.436, de 24 de abril de 2002, em seu parágrafo único deixa claro que a Libras não pode ser substituído à modalidade escrita da língua portuguesa. Ou seja, os sinais da libras deve ser traduzido pela escrita da língua brasileira que é o português. Esta lei também garante a inclusão do curso de libras na formação de profissionais da Educação Especial, de fonoaudiologia e de magistério, em níveis médio e superior, desta forma a libras torna-se como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – (PCNs), resultando na necessidade destes profissionais se qualificarem para trabalharem com deficientes auditivos gerando emprego na área, pois os pais de aluno surdo desde cedo pode estar reivindicando dos órgãos competentes o profissional para auxiliar e estimular os alunos em sua aprendizagem, facilitando assim a comunicação o entendimento e uma boa convivência entre as pessoas surdas e ouvintes no ambiente educacional e em toda a sociedade, fato este que diminui a exclusão e permite a presença e a permanência do surdo em todo lugar. Mudando assim a triste história vivida pelos surdos ao longo da história, uma vida de isolamento, solidão, preconceito, tortura psicológica e física.

Infelizmente esta lei não trouxe resultados tão satisfatórios, pois os alunos surdos mesmo tendo direito de estarem matriculados muitos são considerados como se fossem ouvintes; faltam profissionais qualificados para trabalhar e atender de forma adequada esses alunos, os professores mesmo desconhecendo a Libras são obrigados a aceitar o aluno surdo em sala de aula, pois do contrário serão penalizados judicialmente podendo até perder seu emprego. Devido a esta realidade, muitas vezes vive-se na sala de aula uma camuflagem de inclusão onde a comunicação, a reciprocidade aprender e ensinar torna-se desastrosa. A realidade é que com a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, o aluno tem direito a acessibilidade educacional, no entanto o professor inicialmente não é preparado para ofertar uma educação de

qualidade para o aluno surdo, a escola recebe e joga para o professor que se quiser vai arcar com cursos e procurar aprender para ofertar uma educação prazerosa. Mas se por outro lado o professor não se sensibilizar pela situação do aluno surdo ele ficará excluído, pois seu plano de aula é um só, e este será único e exclusivamente para o aluno ouvinte.

As duas últimas décadas foram importantes para uma melhor compreensão das necessidades educacionais de alunos surdos e para o avanço de políticas públicas nessa direção. Assim, como resultado de debates, pressões e reivindicações da comunidade surda e acadêmica, emerge uma nova legislação federal – Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005). As políticas de educação inclusiva são necessárias para que o acesso à formação de professores na educação inclusiva venha ser expandido e ofertado gratuitamente não só aos professores, mas como a todos os interessados em aprender esta nova língua.

Observa-se que, com a implantação das leis acima citadas, as mudanças são contínuas no que diz respeito às políticas públicas existentes para amparar e facilitar a vida dos deficientes; respeitá-los como cidadãos com direitos, deveres e possibilidades que se bem instruídos são competentes e capazes de realizar diversas atividades profissionais e sociais.

É visível a carência de profissionais da educação que seja bilíngue, ou seja, que tenha domínio em Libras e em português, esta realidade comprova a emergência de políticas públicas que qualifique e multiplique este profissional principalmente no setor educacional como da saúde.

O Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, integra novos profissionais para atender alunos surdos são eles: professores de educação infantil, educação fundamental, ensino médio, instrutor e interprete de Libras, além de guia-interprete; com este decreto aumenta o interesse e a procura por formação na área, aumentando a oferta de cursos profissionalizantes e conseqüentemente tendo maior utilização do uso de Libras.

As pesquisas no campo das políticas públicas têm-se mostrado fundamentais aos estudos educacionais, já que os documentos oficiais são instrumentos para a concretização dos direitos dos cidadãos. Além disso, entende-se que esses documentos representam a política, apesar de não a serem de fato, e devem ser vistos como parte de um processo contínuo “cujo *locus* de poder está constantemente mudando” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 433, Apud QUILES, Raquel Elizabeth Saes. p. 334-2011.).

Diante do exposto, a proposta de educação bilíngue pauta a organização da prática pedagógica na escola comum e no AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Com este decreto a pessoa com surdez tem respaldo para lutar pelos seus direitos como: ter um intérprete ou tradutor e o profissional do AEE, que constam garantidos em Lei, desta forma o aluno será atendido de forma diferenciada, possibilitando e ampliando melhorias que atenda suas necessidades.

1.3 Documentos Legais

Se formos estudar a história da legislação sobre inclusão no Brasil, observaremos que as leis elaboradas para amparar o aluno com deficiência sempre houve carência, pois desde 1961 com a lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 vem se tentando enquadrar a pessoa deficiente no meio educacional. No início observa-se que os textos deixavam clara a incapacidade destas pessoas quanto à possibilidade dos mesmos permanecerem e progredir nas instituições escolares. Com o passar dos tempos novas leis surgem, seus textos potencializam a credibilidade da pessoa com deficiência em se integrar no meio social, tornando obrigatório e gratuita a matrícula dos mesmos em estabelecimento de ensino do sistema regular. (Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989).

A lei 8.069 de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e Adolescente, garante o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência, e prioridade de

atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para família com crianças e adolescentes nestas condições.

É notável a falta de credibilidade dos parlamentares ao elaborar tais leis, observa-se que no fundo todas as leis estabelecem princípios de exclusão, pois ambas deixam transparecer que tais leis tornam-se facultativa quando o aluno com deficiência não demonstrar condições de aptidão aos programas a eles criados. Observa-se que não existem leis que regulamenta políticas públicas voltadas para desenvolver no aluno condições de adaptações, permanência e superação da limitação na comunicação, dando-lhes condições de estar inseridos no meio educacional que oferte possibilidades de desenvolver a aprendizagem e ingressar no mercado de trabalho com salário digno de se manter e construir sua família. O deficiente é gente e como tal tem direito de ir e vim e de se fazer respeitar como pessoas dignas de respeito e admiração e não como seres incapazes dignos de pena.

Com a lei 9.394 de dezembro de 1996 a LDB direciona um capítulo específico para a educação especial, garantido quando necessários serviços especializados na escola regular, o texto também trata sobre a formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Esta lei dar início a pequenos avanços quanto ao direito do deficiente, em relação a atendimento especializado, no entanto não dar possibilidade de projetos específicos para qualificar os profissionais para atuar nesta área, constata-se ainda o aumento das responsabilidades para os professores, pois os mesmos tem que arcar com recursos financeiros para se aperfeiçoar e se adequar a novas realidades, pois este profissional será incumbido de aprender novas técnicas, métodos e a utilizar recursos que atenda a sua nova clientela; só a partir de 2002 o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), trabalha a questão da

infraestrutura das escolas abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.

Vejamos alguns dos fundamentos legais que asseguram as conquistas alcançadas nos que diz respeito à educação inclusiva, e em especial a educação do surdo.

Documento legal	Objeto
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de acessibilidade).	Esta lei promove a acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização nos diferentes segmentos sociais.
Resolução CEB/CNE nº 2, de 11 de setembro de 2001.	Esta resolução institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica e assegura a educação bilíngue e o profissional intérprete, entre outros (Brasil, 2002).
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 ¹ .	Esta Lei oficializa a Língua Brasileira de Sinais – Libras. (Brasil, 2002).
Lei 11.796 de 29 de outubro de 2008.	Institui o Dia Nacional dos Surdos.
Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010.	Regulamentação da Profissão do intérprete de libras.
Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003	Dispõe sobre a acessibilidade dos surdos às universidades brasileiras. (Brasil, 2003 1).
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Como sintetiza Sueli Fernandes (2013), diante desses movimentos e diretrizes legais, as principais mudanças sociais e no território escolar foram as seguintes:

A difusão da língua de sinais na sociedade, e sua utilização no espaço escolar. A disseminação de pesquisas e trabalhos acadêmicos que problematizam os postulados teóricos e metodológicos vigentes nos últimos anos e viabilizam caminhos para a concretização da educação bilíngue. A formação de profissionais bilíngue, como professores especializados e intérpretes de língua de sinais. O desenvolvimento de propostas de educação bilíngue, incorporando a língua de sinais como primeira língua da aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua no currículo escolar. A potencialização do aspecto pedagógico em detrimento do aspecto clínico no

¹Com a aprovação desta Lei inicia discursões relacionadas à necessidade do respeito à particularidade linguística da comunidade surda e nos ambientes escolares, sendo libras a partir desta data reconhecida como a língua oficial do surdo no Brasil. Conforme Lacerda e Drago (2013): “A Lei nº 10.436/02 (BRASIL, 2002) refere-se ao reconhecimento e à legitimidade da Libras em todos os espaços públicos, e também à obrigatoriedade de seu ensino como parte integrante das diretrizes curriculares nos cursos de formação de educação especial, fonoaudiologia e magistério, em nível médio e superior”.

processo educacional. O resgate dos educadores surdos como mediadores fundamentais em propostas de educação bilíngue para surdos (FERNANDES, 2013, p. 65-66).

Com estas mudanças, a autora vem relatar os progressos positivos que aos poucos vêm contribuindo para a inclusão do aluno surdo na sala de aula e as melhorias que estão acontecendo na vida do aluno com surdez. Sabemos que muito precisa ser feito para que uma inclusão e o respeito às diferenças seja por completo. No entanto, percebe-se que com os direitos garantidos por lei, muitos benefícios estão lentamente sendo adquiridos, melhorando a comunicação e a aprendizagem dos mesmos.

2. CARACTERIZANDO O CONTEXTO DE ANÁLISE: Escola e surdez em Bacabal

Etapa fundamental para discussão do processo de inclusão no espaço escolar, a descrição do espaço de análise se impõe desde o princípio como meio para apreender e problematizar as experiências, desafios e iniciativas em um contexto socio-histórico concreto. Diante do exposto, no capítulo que segue tentaremos fazer um diagnóstico bastante preciso sobre o desafio da educação inclusiva em Bacabal, centrado, como em todo o restante, sobre a questão principal da maneira como a surdez vem sendo tratada em âmbito escolar.

2.1 A educação inclusiva a partir de Bacabal

O sistema educacional brasileiro vem nas últimas décadas procurando se adaptar às novas exigências sobre a educação inclusiva, e apesar de não ofertar uma educação inclusiva de qualidade, vem se esforçando para adequar o ambiente escolar às mudanças exigidas por lei. É do conhecimento de todos os funcionários da educação a lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, art. 7º, §1º; que trata da obrigatoriedade de matricular e oferecer uma educação inclusiva que estimule a aprendizagem do discente com alguma deficiência ou sem alguma neuropatia constatada. Desta forma registra-se um grande número de crianças, (com laudo médico especificando sua patologia), matriculados nas escolas particulares, mas principalmente nas escolas públicas, pois esta última rede de ensino, vem ofertando muitos serviços que visa amparar e ajudar esta clientela a superar suas barreiras. Em nosso município as crianças que possui alguma deficiência têm direito a profissionais que possa contribuir para suprir suas necessidades. Nem todas as escolas dispõem de uma sala multifuncional, no entanto visando suprir esta necessidade, existe uma escola polo que fica encarregada de receber os alunos das

demais escolas circunvizinhas. As escolas que precisam deste serviço solicitam através de ofício a matrícula de seu aluno na Unidade executora mais próxima. A solicitação é protocolada e assim os pais ou responsáveis são encaminhados para fazer a matrícula de seu dependente que será atendido durante a semana no contra turno, conforme sua necessidade.

O benefício do BPC, (Benefício de Prestação Continuada) é outro fator que de acordo com o pensamento de alguns interpretes impede alguns surdos de correr atrás de uma graduação ou mesmo de um emprego e assim adquirir um padrão de vida melhor. Passaram-se os tempos e graças à inclusão já encontramos surdos com grandes expectativas profissionais, desejos de se tornar interpretes ou tradutor de Libras, ou qualquer outra profissão que venha realizá-los como profissionais capacitados. É bom destacar aqui que existe um pensamento diferenciado para o surdo e o deficiente físico. É considerado surdo àquele que assume a identidade surda, representados por discursos que os veem capazes como sujeitos culturais, uma formação de identidade que só ocorre entre espaços culturais surdos, objetivando assim a difusão e a integração de seus membros. Já o deficiente auditivo é aquele que ouve e fala com dificuldade, por isso não se considera surdo, mas que tem uma deficiência no aparelho auditivo.

A Secretaria Municipal de Educação de Bacabal tem desenvolvido um trabalho de atendimento especializado a todos as crianças que são matriculadas com alguma necessidade. Existe uma coordenadora responsável para fiscalizar, amparar e realizar uma educação Inclusiva de qualidade. Esta profissional auxilia o funcionamento adequado das atividades e profissionais que estão diretamente ligados a crianças com laudo médico no ato da matrícula tem direito de solicitar um profissional quer seja: cuidador, instrutor, interprete ou um AEE; que auxilie o professor titular para atender com qualidade a acessibilidade do mesmo na escola matriculada. Atualmente o município atende 19 alunos com surdez em 14 diferentes escolas da sede e da zona rural. Esses alunos são crianças do maternal ao 9º ano; todos têm interpretes, algumas escolas tem instrutor de Libras e os mesmos têm direitos a estarem matriculados na

sala de AEE no contra turno, porém eles têm a opção de se matricular ou não na sala do AEE, ou seja, é facultativo e não é obrigatório, são poucos os que têm interesse em ser atendido pelo professor na sala de AEE, principalmente os adolescentes.

Para os que são matriculados no contra turno, eles são atendidos de uma a três vezes na semana de forma diferenciada e individual, pois a professora do AEE usa técnica que estimula o aluno à compreensão dos conteúdos que estão com dificuldade de aprendizagem conforme a informação dos pais ou dos professores regulares de sala de aula. Para que o aluno se desenvolva de forma significativa, existe uma parceria entre os interpretes, pais, professores titulares de sala de aula e o professor do AEE, para juntos traçarem uma meta de trabalho que estimule o aluno surdo a criar vontade de querer aprender e de despertar expectativas profissionais para o futuro, corrigindo alguma falha na sua aprendizagem ao longo de sua vida acadêmica.

A coordenadora da Educação Especial de Bacabal fica encarregada também de organizar projetos e orientar os diretores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da educação nas metodologias e culminância. É de interesse da mesma, criar ações que objetiva a informação e a divulgação das temáticas para a sociedade geral de Bacabal. Já é de costume a Secretaria Municipal junto com a Secretaria Estadual, sob iniciativa do setor responsável, a realização de passeatas nas principais ruas, com demonstração de cartazes, leitura de textos, dramatizações, cânticos, etc.; visando despertar a atenção para o público alvo; ou seja: a comunidade em geral e os surdos, sobre a realidade dos mesmos. Este evento já acontece anualmente (VII edição) e sua culminância acontece sempre no dia 26 de setembro, dia este dedicado aos surdos do Brasil por ser a data de fundação do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), a primeira escola para surdos do Brasil,

Esta ação vem anualmente despertando maior interesse da sociedade surda e ouvinte, pois a presença neste evento tem aumentado significativamente e as apresentações têm abordado temas que vem sendo trabalhado nas escolas e que tem alcançado bons resultados.

As escolas públicas, tanto da rede municipal como da Estadual, têm desenvolvido um trabalho assistencial que está favorecendo a aceitação e aprendizagem dos alunos com deficiência. Existem profissionais encarregados de auxiliar cada aluno em sua dificuldade, durante as aulas ou no contra turno, fato este que tem despertado nos pais a credibilidade e a aprovação pelas metodologias adotadas no ensino de seus filhos. As dificuldades em desempenhar um trabalho de inclusão de qualidade são frequentes, no entanto observam-se melhorias evidentes e a permanência cada vez maior de pessoas com deficiências em sala de aula, pois os pais já alvejam um futuro mais propício a seus filhos e não os veem mais como um doente, um incapaz.

A transição da educação especial na Educação Inclusiva da cidade de Bacabal iniciou nos anos de 2010 e 2011, de imediato esse tipo de educação foi um impacto para muitos pais de início eles não gostaram da ideia, porque tinha medo de seus filhos serem machucados, outros pensavam que seu filho deficiente ficaria isolado e esquecido na sala de aula, seriam maltratados, que a inclusão atrapalharia os alunos considerados normais, alguns pais tentaram fazer baixo assinado para proibir este método, foi preciso muita paciência para os educadores convencer os pais de que a convivência com as demais crianças estimularia a criança especial à aprendizagem, pois aprenderiam também vendo as outras crianças fazendo, além das mesmas estarem sendo mais bem atendidas, pois todos os alunos considerados especiais tem uma profissional do AEE para atender cada criança com laudo médico, de acordo com sua necessidade. Além de interprete de libras, braile, cuidadores. Após dar início ao trabalho de inclusão, os pais foram gradativamente gostando do trabalho realizado em sala de aula e hoje a procura pela matrícula de crianças com deficiência nas salas regulares são cada vez maiores e comuns.

Devido ao fato das escolas públicas disponibilizar interprete de libras, revisor de braile, cuidadores e profissional do AEE, muitos pais tem trocado a escola particular, já que as mesmas

não dispõem destes profissionais, pelas escolas públicas; observa-se hoje que os pais e crianças já estão confiantes e se sentem seguros pela inclusão de todos os alunos no ambiente educacional regular. Os alunos que tem direito ao profissional do AEE são: alunos com autismo, surdez, deficiência física, (inclusive a cegueira) deficiência intelectual e altas habilidades, (superdotados), Síndrome de Down. Desta forma existe uma parceria entre as escolas públicas municipais e estaduais que implantaram este trabalho de apoio e superação das dificuldades de aprendizagem desta clientela, porém este serviço está disponível somente para os alunos da rede pública; não sendo permitido o atendimento aos alunos da rede privada.

Com este trabalho a Secretaria do Município tem constatado que o índice de reprovação e desistência tem diminuído com exceção dos alunos com D. I. (deficiência intelectual) os alunos matriculados com surdez não desistem do ano letivo, pois geralmente o interprete o acompanha até o 9º ano e a partir daí o estado o recebe na primeira série do ensino médio até a conclusão. Infelizmente até o momento as faculdades privadas de Bacabal não disponibilizam profissionais para auxiliar o deficiente auditivo em suas dificuldades, pois elas querem atribuir aos pais desses alunos à obrigatoriedade das despesas e responsabilidade do interprete para com o aluno surdo, fato este que torna frequente a ausência de alunos com deficiência no ensino superior; já nas universidades da rede pública, temos o conhecimento de nossa cidade, Bacabal, através da associação dos surdos que esse direito é respeitado, porém essa procura pelos surdos é muito pouca, mais esse quadro está mudando aos poucos, pois a associação surda de Bacabal vem trabalhando com esse público para mudar essa realidade.

O trabalho do profissional do AEE é trabalhar a dificuldade individual de cada criança no contra turno. Este profissional baseado nos dados do laudo e na queixa dos pais e professores cria recursos didáticos propícios que estimula e favorece um melhor rendimento na aprendizagem. A criança com deficiência tem duas matrículas, uma na escola regular e a outra na sala de AEE que deverá ser assistido de 2 a 3 vezes por semana, seu atendimento dura de

cinquenta minutos a uma hora, o local de atendimento pode ser na própria escola se tiver uma sala de AEE, ou em uma outra escola que será a escola Polo.

Antes da fundação da associação, os surdos da cidade e das cidades circunvizinhas, já tinham o costume de se encontrar aleatoriamente em grupos, geralmente na casa de um colega, para se socializar e conversar sobre diferentes assuntos informais de interesse dos mesmos. A maioria estudava na Escola Urbano Santos, e desde então, iniciou um forte vínculo de amizade entre surdos, familiares e demais simpatizantes, a partir daí desperta a vontade de criar uma associação que lutasse pelos direitos dos surdos como também trocar experiências de vida e criar expectativas de um futuro melhor profissionalmente.

A criação da ASTILB (Associação de Surdos, Tradutores e Interpretes de Libras de Bacabal), partiu da necessidade dos surdos em se organizar legalmente e conseqüentemente lutar por melhorias; desde muito tempo os pais, surdos, professores, interpretes, amigos e simpatizantes, sonhavam com a fundação de uma associação. No entanto, só a partir de 02 de maio de 2017 foi oficializada esta ação sob a iniciativa do professor Gérison Kézio Fernandes Lopes, com o aval dos surdos que estavam conscientes dos procedimentos legais existentes e necessários para a existência da associação. Após registro no cartório foi oficializado a associação tendo como membros da diretoria e respectivos cargos: PRESIDENTE (A) - Gerison Kezio Fernandes Lopes, formado em Pedagogia – UVA, Bacharel em Letras Libras – UFC/UFSC e Pós graduação em Psico-pedagogia Clínica e Institucional – UECE; professor de Libras da UFMA do campos de Bacabal – MA, do curso de Letras e suas literaturas. VICE-PRESIDENTE (A) - Ildiná Martins dos Santos, DIRETOR (A) GERAL – Anderson Anunciação dos Santos, VICE-DIRETOR (A) GERAL – Virgínia Maria Barros de Almeida Ribeiro, DIRETOR (A) TILS (Tradutor Intérprete de Língua de Sinais) – Francleia Soares Almeida, PRIMEIRO SECRETÁRIO (A) – Felipe Costa da Silva, SEGUNDO

SECRETÁRIO (A) – Gilbervan Soares da Silva, PRIMEIRO TESOUREIRO (A) Renato da Silva Reis, SEGUNDO TESOUREIRO (A) Ivânia Carvalho Lima.

A associação conta com aproximadamente com 60 associados, os mesmos pagam mensalmente R\$ 20,00 (vinte reais) para realizar o custeio das necessidades, dos projetos viabilizados pela associação que é composta por familiares interpretes, amigos e simpatizantes da história de surdo em especial da nossa cidade, que vem desenvolvendo um trabalho coletivo que vise melhoria na condição de vida deste grupo e que coletivamente tem buscado valer seus direitos. Nas reuniões eles debatem sobre assunto em comum, sobre sua realidade, seus costumes, suas dificuldades. A reunião é agendada antecipadamente e elaborada uma pauta para debate.

Segundo informação do Presidente, professor Gérison: “A associação possui sede cedida por dez anos por um dos associados, mas precisa de reforma onde os mesmos já estão trabalhando para deixa-la pronta para realização de suas reuniões. Por este motivo as reuniões inicialmente eram realizadas na Escola Urbano Santos ou na casa de uma associada que é responsável pelos interpretes, Sra. Virgínia, mas, atualmente os encontros são realizados na casa de um ou outro surdo que acontece de forma aleatória, ou seja, quando há uma necessidade de uma reunião com a diretoria para tratar de assuntos de interesse próprio dos associados; no entanto a diretoria sai de casa em casa pegando os surdos associados para a realização da reunião e após o término os mesmos são responsáveis para deixá-los em suas residências, pois os pais não gostam de autorizar a saída dos mesmos de casa, já que a maioria dos surdos são de menores, e as reuniões acontecem geralmente a noite

Para os estudiosos eles defendem que a definição de surdo não está associada à ideia de doença, de falta, de incapacidade, de deficiência, mas sim de hábitos diferentes, pois se veem como pessoas de costumes, hábitos, cultura diferente, que possui comportamentos semelhantes e que possui sua própria história, sua própria língua, seus valores, e suas tradições. Já o

deficiente auditivo é aquele que ouve um pouco e usa a oralidade como meio de comunicação e não se aceita como surdo, pois se considera como uma pessoa que tem uma deficiência auditiva (D.A) e por isso não ouve bem, ao contrário dos surdos que também é mudo.

O grupo foi dividido por equipes onde se organizam em si, para executar determinados tipos de eventos, como por exemplo: passeatas, palestras, cursos, congressos, como também eventos festivos para angariar recursos financeiros para a associação. Desta forma a comunidade surda procura desempenhar um trabalho que chame a atenção da população bacabalense para sua causa, no entanto apesar de realizar grandes eventos a associação ainda é muito nova e sente a necessidade de maior apoio para fortalecimento do grupo, que encontra grandes dificuldades no funcionamento e nas conquistas de benfeitorias para os mesmos.

Atualmente a associação vive de doações inclusive o local onde acontece a maioria das reuniões; trata-se de um espaço cedido por um período de 10 anos acordados em cartório onde os mesmos estão trabalhando para angariar verbas para a reforma do prédio, pois o mesmo foi cedido em condições precárias, somente construído as quatro paredes e o telhado, sem: reboco, piso, portas e janelas; no entanto a diretoria já providenciou algumas melhorias, mais ainda falta reboco, piso e salas para atender os associados.

Dentre os associados existem psicopedagogos, que oferecem serviços gratuitos à comunidade, porém por falta de um local, esse atendimento torna-se difícil, mas a direção está trabalhando para construir uma sala e tornar esses trabalhos de forma periódica e permanente, tornando mais acessível aos associados. Existem também advogados e contadores que são associados e prestam serviços de forma voluntária para solucionar as questões burocráticas que envolvam a necessidade da Associação.

Existe um grupo que fica responsável pela organização de eventos onde apesar de ter menos de um ano de fundação este grupo já conseguiu realizar uma tarde de conversa (palestra), além de se encarregar da formação pedagógica organizando cursos de Libras tanto para surdos

como para ouvintes. Outro grupo se encarrega das questões religiosas que visa acalmar os ânimos dos mesmos, pois existem diversos tipos de religiões adotadas pelos surdos, ocasionando muitas vezes diversos conflitos gerados por diversidade de opiniões religiosas, daí o grupo responsável interfere para amenizar os problemas vivenciados pelo grupo.

O grupo que cuida da formação educacional dos surdos, procura está estimulando os alunos para dar continuidade nos estudos, incentivando os mesmos para se inscreverem nas Instituições do IFMA e da UFMA e assim, está cada vez mais se qualificando para o mercado de trabalho. Este grupo motiva os surdos para que busque se esforçar para lutar por uma vida de conquistas e superações, pois os alunos surdos têm potenciais e direito que possibilite grandes conquistas, tanto no mercado de trabalho como no pessoal; e que os mesmos não devem se conformar unicamente como do BPC (Benefício de Prestação Continuada), mas que vivam em condições de estarem inseridos no mercado de trabalho ganhando melhor para sustentar sua família.

2.2 Entrando na escola: a escola Alice Mendes e o seu projeto político pedagógico

A contextualização deste trabalho foi realizada, através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Na observação foi aplicado questionário com perguntas abertas e fechadas, dando oportunidade para o estagiário dar ênfase em analisar os resultados obtidos comparando com a realidade observada. O trabalho de observação foi realizado no período de 01 a 25 de agosto de 2017 na U. E. F. Alice Mendes, localizado na Rua São José, S/N, Bairro São Lucas, Bacabal – MA; porém a escola atende alunos dos bairros vizinhos bem como alguns povoados da zona rural, todos são de famílias das classes C e D. No aspecto físico, o prédio escolar é constituído de 20 dependências, distribuídos em 08 salas de aula, 01 banheiro feminino e 01

masculino, 01 banheiro unissex para deficiente físico, e (01) uma sala de professores com (1) um banheiro. (1) uma secretaria, (1) um laboratório, (1) uma cantina, (01) um depósito, (01) um pátio, (01) uma sala de AEE e (01) uma sala do mais educação.

A escola foi fundada em 1981 com o nome Escolinha Municipal Setúbal, inicialmente era composta somente de um salão coberto de palhas sem parede. As primeiras professoras foram às senhoras: Maria das Neves Novais, Domingas Galvão Pinto, Denise de Almeida e Creuza Viana. Entre os anos de 1982 a 1983 foi construída uma casinha coberta de palhas e com parede de taipa, e 04 anos depois o poder público municipal inaugurou a ampliação e construção de um prédio de alvenaria com (04) quatro salas e em 1990 novamente mais uma vez a escola foi contemplada com uma reforma construindo (10) dez salas de aula, (01) uma secretaria, banheiros, cantina e quadra de esporte. Um ano depois a escola passou a guarda para o Estado, oficializando o nome e registrado em cartório como Unidade de Ensino Fundamental Alice Mendes, em homenagem a uma antiga professora da cidade. Em 2014 esta escola passou a ser regida novamente pela rede Municipal de Educação de Bacabal, mediante acordo celebrado através do Termo de Cooperação nº 006/2013 sob intermédio da Secretaria de Estado e o Município de Bacabal – Maranhão.

A Escola atualmente é administrada por uma diretora Geral, D. Antonia Albina Santos da Silva; e uma diretora adjunta, D. Sônia Maria Silva; com duas coordenadoras pedagógicas, Sras.: Maria do Socorro Rodrigues Lemos e Alessandra Araújo Aguiar. Esta unidade de ensino conta com o numero de 51 funcionários, distribuído nos turnos matutino e vespertino. O turno da manhã é composto por (13) treze funcionários e no da tarde por (32) trinta e dois. No geral a escola conta com o apoio de: (01) um diretor geral, (01) um diretor adjunto, (02) dois coordenadores pedagógicos, (04) quatro vigias, (07) sete ASGs; (02) dois auxiliares administrativos, (01) um secretário, (27) vinte e sete professores, (03) três cuidadores, (02) dois interpretes, e (01) um professor de AEE. Todos os funcionários trabalham em conjunto, visando

realizar um trabalho quantitativo e qualitativo que oferte aos alunos resultados satisfatórios de aprendizagem dos conteúdos curriculares programados, como também de valores que são trabalhados no dia a dia baseados nos projetos mensais.

No turno matutino, a escola atende (243) duzentos e quarenta e três alunos, distribuídos em (08) oito salas do 1º ao 5º ano; e no turno vespertino atende 308 alunos do 6º ao 9º ano, distribuídos em (08) oito salas. Totalizando um número de (551) quinhentos e cinquenta e um alunos matriculados no ano de 2017, dentre estes a escola possui 14 alunos matriculados com necessidades especiais; sendo, (04) quatro com deficiência auditiva, dentre estes, somente dois apresentaram laudo médico no ato da matrícula, mesmo assim existe somente um intérprete para auxiliar os três alunos surdos do 9º ano em todas as disciplinas; todos os três são maiores de idade, e somente um (01) trabalha meio expediente. Os mesmos demonstram pouco rendimento escolar e apresentam dificuldades em escrever com coesão. O quarto aluno estuda na sala do 6º ano, também é acompanhado de um intérprete, porém não foi incluído no meu objeto de estudo: Os demais alunos com deficiência são: (03) com DI (deficiência intelectual); (01) um com microcefalia, que tem cuidador; (03) três com hiperatividade, sendo (01) um com TDAH (transtorno de déficit de atenção com hiperatividade), que têm cuidador; (01) um com desvio de conduta e hiperatividade; e (01) um que é atendido na sala de recurso que, porém não tem laudo médico que ateste a deficiência do mesmo.

A secretaria do município disponibiliza profissionais como cuidador, intérpretes e revisor de Libras e professor do AEE para auxiliar o professor titular de sala de aula no desempenho dos alunos com deficiência. Desenvolvendo assim melhorias com atendimento especializado de acordo com a necessidade do aluno especificado em laudo médico. Todas as crianças com necessidades especiais são atendidas pelo AEE e matriculadas no contra turno

Periodicamente a direção se organiza com os demais funcionários para avaliar o trabalho realizado e adaptar o PPP as novas realidades, pois todo ano sai e entra diferentes públicos tanto

no quadro de profissionais, como de alunos, cada um com sua realidade, devido a este fato é constante as alterações no PPP, pois o mesmo deve estar atualizado com a clientela que compõe a unidade de ensino e juntos avaliam a distância entre o existente e o horizonte almejado (diagnóstico) e conseqüentemente determina os passos para diminuir essa distância (programação) através de ações que favoreça alcançar o sucesso desejado. Uma das ações da unidade de Ensino Fundamental Alice Mendes é o planejamento que é realizado de duas formas: o de 1º ao 5º ano acontece uma vez por mês onde os diretores, coordenadores pedagógicos, profissionais do AEE e todos os professores se reúnem para se planejar e decidir sobre o calendário escolar e as metas do mês a serem seguidas. O planejamento do 6º ao 9º ano é feito semanalmente sempre sobre orientação do coordenador pedagógico que informa sobre o calendário escolar a ser seguido e a necessidade dos professores trabalharem a interdisciplinaridade na sua disciplina. Desta forma observa-se que o planejamento é coletivo, segue uma seqüência didática e a metodologia cumpre e realiza detalhadamente ações que envolvem e contribui com o processo ensino aprendizagem, numa abertura que corresponde aos anseios fundamentais de todos, que é o direito e o dever de participar e colaborar, buscando meios e formas de mudanças para ampliação dos conhecimentos e das ações para com a instituição escolar no qual faz parte. Nesta perspectiva todos trabalham procurando desenvolver um trabalho sério priorizando o sucesso profissional de todos e uma aprendizagem de qualidade aos discentes procurando sempre respeitar as diferenças de cada um e estimulando-os a se superar cada vez mais, pois todos têm grandes potenciais e que o conhecimento os levará a alcançar todos os objetivos e sonhos desejados.

No entanto constata-se que não existe a participação efetiva do interprete na elaboração dos planejamentos, pois como foi afirmado pelo mesmo e observado durante o estágio, o interprete está alheio ao conteúdo programado para o dia; outro fator também que merece

destaque, é o fato que registra o não planejamento de outros professores, pois nota-se que alguns profissionais vão despreparados para ministrar sua aula.

De acordo com o PPP da escola, o diagnóstico da realidade atual da Escola, consta de uma infraestrutura física inadequada tendo necessidade de uma reforma geral do prédio com amplas instalações de refeitório, cozinha, pátio coberto, diretoria, informática e quadra de esporte coberta. A escola dispõe de diversos recursos pedagógicos, mais sentem a necessidade de um data show, câmara filmadora, lousas, máquina de xerocopiar. Sobre a gestão de talentos os diretores são todos graduados e pós-graduados; 85% dos professores são graduados e 15% pós-graduados; os profissionais de apoio técnico são insuficientes, mas qualificados para exercer a sua função. O corpo docente é qualificado e capacitado no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem; no entanto, encontram dificuldades quanto aos conteúdos programados das disciplinas, pois os livros didáticos, segundo eles, não são adequados no que diz respeito aos referenciais curriculares, o planejamento do ensino ocorre de forma sistemática; do 1º ao 5º ano, acontece mensalmente e do 6º ao 9º ano, semanalmente. Em relação ao relacionamento entre o corpo docente, discente, apoio técnico e comunidade escolar são bem satisfatórios, tendo como foco o ensino e aprendizagem dos alunos.

Conforme as informações do PPP da escola, consta no calendário escolar conteúdos programados para atender e trabalhar a Educação Inclusiva de um modo geral; faz parte do calendário inserir a temática inclusiva. É evidente o interesse e a preocupação da escola em oferecer meios de inclusão de qualidade. A U.E.F. Alice Mendes trabalha mensalmente valores que desperta no aluno o respeito ao próximo e às suas diferenças, como também conta com a parceria de todos que compõe a escola, inclusive família e comunidade vizinha para trabalhar coletivamente em prol dos direitos e deveres de todos de forma consciente, valorizando os objetivos alcançados e, despertando o interesse de todos para reivindicar melhorias quando forem necessários. No PPP (Projeto Político Pedagógico) da U. E. F. Alice Mendes existe a

oferta de uma educação inclusiva de respeito, amor e valorização do conhecimento, priorizando uma educação igualitária e de qualidade a todos. Esses projetos são trabalhados com professores e coordenação pedagógica, que escolhem um tema, os objetivos, as estratégias e o período de duração. Na culminância são apresentados através de palestra, dramatizações, fantoches, paródias, danças e etc. no período de 21 a 25 de agosto de 2017 a escola trabalhou a semana da pessoa com deficiência física e múltipla, onde foi presenciado o interesse de toda a comunidade escolar em realizar um trabalho de inclusão e conscientização sobre a vida do deficiente, suas dificuldades, seus direitos. Na culminância desse projeto foi apresentado um resumo do filme “A Corda”, que relata a importância da amizade e da aceitação dos deficientes pela sociedade. Houve também nesse dia a participação de uma palestrante, Franci Andrade, que destacou os progressos alcançados após a implantação da inclusão nas escolas regulares.

A estrutura do projeto-político pedagógico da U.E.F. Alice Mendes, na linha do planejamento participativo é construída de três elementos: Marco Referencial, o diagnóstico e a programação que corresponde às três dimensões do processo de planejamento; projeção de finalidade, realidade e elaboração das formas de mediação no processo mudança da realidade, a escola se esforça para estar sempre atenta às necessidades de articulação entre a finalidade do trabalho (que é o marco referencial) e a análise da realidade (diagnóstico) até das mediações propostas (programação). Pois quando surge a necessidade faz-se articulação entre todas as dimensões do projeto visando ofertar um trabalho mais quantitativo e qualitativo. Como o projeto político pedagógico é um processo de mudança constante, ele contribui na transformação da realidade numa linha de ação onde todos passam a trabalhar coletivamente, traçando metas e ações para a clientela escolar, de forma que atenda as particularidades individuais e coletivas. O PPP é elaborado conforme a realidade e o público que compõe esta rede de ensino, este projeto abrange todo o histórico escolar visando sempre à melhoria da escola, aumentando a satisfação do trabalho, desde que a fundamentação, a teoria, os

compromissos e os resultados, permitam estabilidade real. Percebe-se que o PPP é um fator de grande fortaleza para os educadores, gestores, discentes, enfim, para toda a comunidade escolar desta instituição, sendo assim a gestão se esforça para despertar na comunidade a necessidade da compreensão de que o PPP é o método que dá suporte para enfrentar os desafios do dia a dia na escola de forma sistematizada, organizada, científica e principalmente na realização do trabalho coletivo. O PPP desta escola em si, expressa a reflexão do trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, de forma a entender as diretrizes do Sistema Nacional de Educação, bem como as necessidades locais e específicas do corpo docente e discente, dos quais estão inseridos. O projeto político pedagógico gera a oportunidade da interação entre família e escola para juntos definir as melhorias propostas e assim alcançar os seus objetivos. (Marco Referencial).

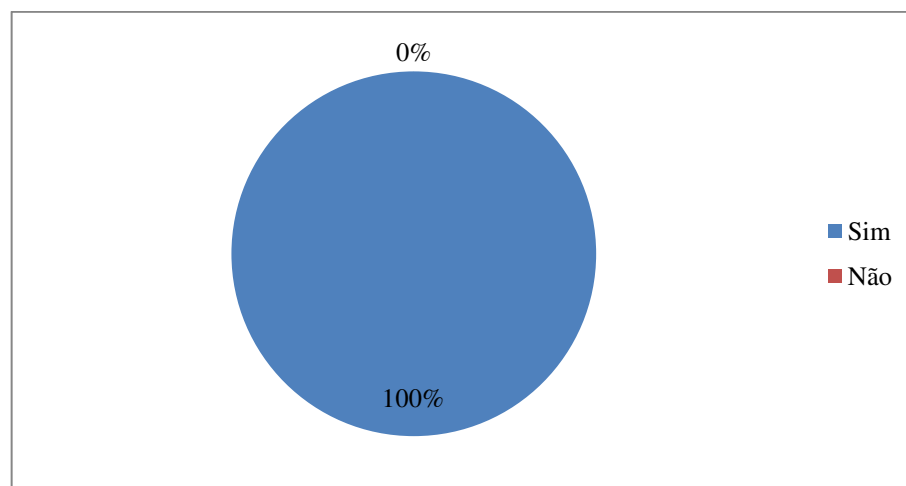
3. A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: o que dizem professores, cuidadores, intérpretes e alunos

O objetivo deste capítulo é explorar as respostas dadas por professores, alunos, intérpretes e cuidadores a respeito do processo de inclusão dos alunos surdos no espaço escolar em pauta. Para tanto, como já mencionado, aplicamos questionários para esses diferentes atores a fim de avaliar como eles percebem o tema e quais as experiências realizadas nesse contexto. Desse modo, descrevemos as respostas dos alunos e, logo após, as dos professores.

3.1 Como os alunos percebem a inclusão do aluno surdo

Para uma análise sistemática da visão dos alunos em relação ao uso de libras foi aplicado um questionário aos alunos surdos e ouvinte do 9º ano. As respostas obtidas serão destacadas nos gráficos abaixo, assim como as reflexões produzidas a partir das mesmas.

Vocês gostam de estudar nesta escola? Por quê?

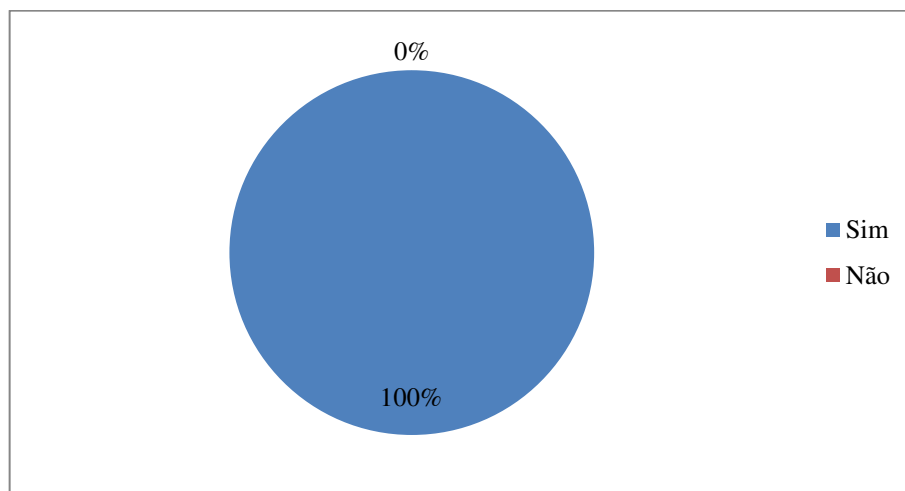


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

A aprovação dos alunos para com a instituição foi unânime. Todos se sentem bem em estarem matriculados nesta Unidade de Ensino, pois se relacionam bem com os colegas, professores e demais profissionais da Escola.

A turma apresentou uma boa convivência entre si e entre os professores; é uma turma bastante animada o que demonstra respeito entre todos principalmente entre os professores.

Vocês consideram importante o interprete de Libras em sala de aula? Por quê?



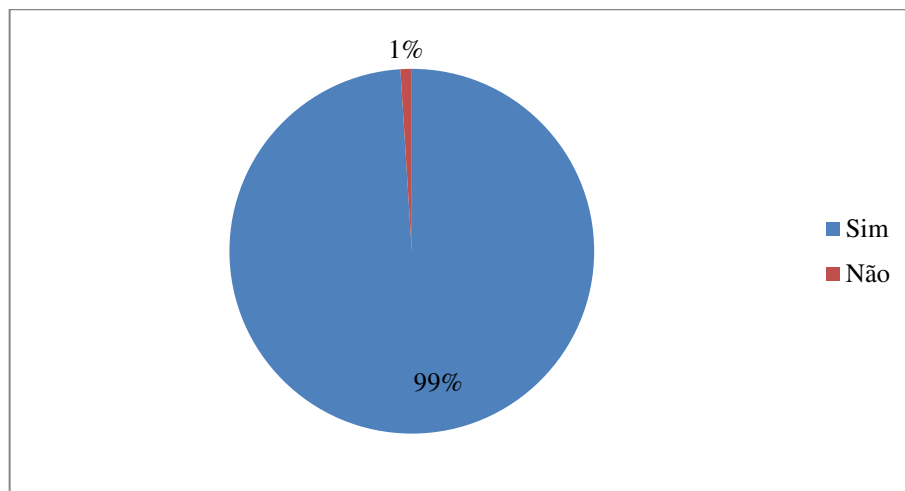
Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

A turma inteira aprova a presença do interprete em sala de aula, já que existe (03) três surdos inseridos na mesma classe, sendo (01) um com surdez profunda, (01) um com surdez moderada e (01) um com surdez moderada, somente este último utiliza a fala para se comunicar, pois ele usou aparelho por uns anos. Devido a este fato, os alunos ouvintes e surdos são conscientes da importância de um interprete, pois existe uma grande necessidade deste profissional para auxiliar e contribuir com o desenvolvimento cognitivo dos mesmos, com a comunicação entre aluno e professor e vice-versa. Os discentes surdos compactuam da mesma opinião.

Observa-se que a presença do interprete em sala de aula é de grande validade, pois nota-se que os professores não conhecem a libras, tornando muito difícil, não só a comunicação, mas

também a aprendizagem dos mesmos. Porém percebe-se a frequente ausência da interprete na sala de aula, pois existe um único profissional da área que é encarregada de traduzir todas as aulas, de segunda a sexta, durante 4 a 5 horas por dia, este serviço dar a perceber um grande esforço físico e mental, levando a saída do mesmo da sala de aula de forma constante. Em consequência os alunos ficam desorientados sem compreender o que está sendo ensinado nestes momentos.

Vocês pretendem cursar uma faculdade? Por quê?

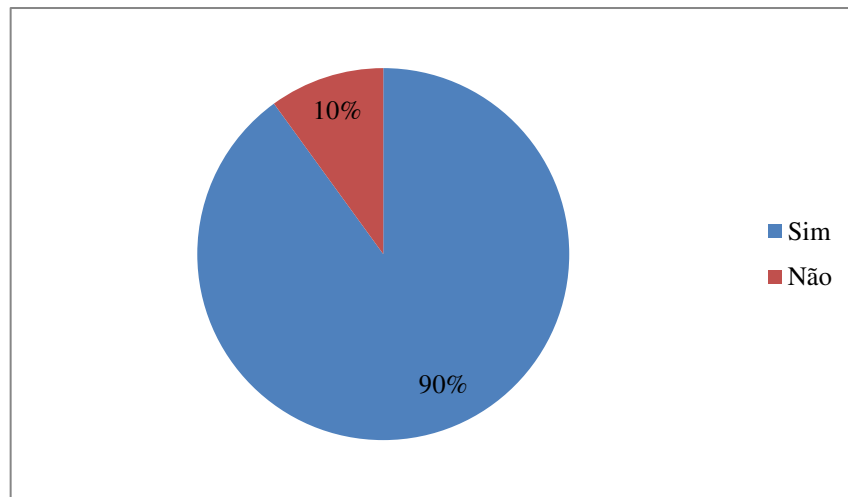


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Baseado nos gráficos 99% dos alunos sonham e pretendem cursar uma faculdade, inclusive os alunos surdos, pois como eles afirmaram: “Queremos crescer na vida, ser alguém”. Suas expectativas são grandes e demonstram a consciência de que com a continuidade escolar eles terão maiores oportunidades de sucesso profissional e pessoal. Já o aluno que não pretende cursar uma faculdade, alega que é muito chato estudar e que tem dificuldade de aprender. E não poderíamos deixar de ressaltar o empenho e estímulos que alguns professores, principalmente da área de Ciências da Natureza, repassam aos alunos, pois eles dão aulas de reforço nos fins de semana para preparar os alunos para o seletivo do IFMA, assim, ajudando a realização dos sonhos dos discentes.

Este resultado comprova a expectativa de todos que demonstravam grande ansiedade e interesse em se escrever para seletivo do IFMA, tanto professores como os alunos estavam compartilhando da importância de lutar por uma vaga em um curso técnico, pois os professores demonstraram a alegria que sentiria em ver seus alunos aprovados.

Vocês se relacionam bem com os colegas surdos e ouvintes? Como?

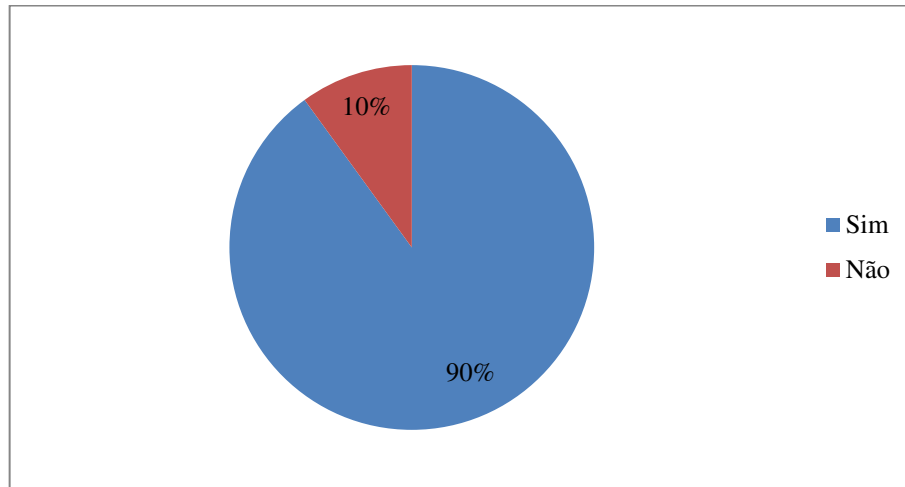


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

A grande maioria responderam que se relacionam bem com os colegas de turma, tanto ouvintes quanto surdos gostam de fazer parte do ambiente escolar, mesmo havendo a dificuldade de comunicação entre surdos e ouvintes, o princípio da amizade, respeito e companheirismo prevalece em sala de aula. Os 10% restantes dos alunos entrevistados afirmaram que por não saber se comunicar com os surdos e vice-versa, mantém certa distância entre si, resultando em impedimento em criar um laço maior de amizade entre ambos.

Realmente eles foram bem sinceros nas afirmativas, pois esta realidade foi presenciada no período de observação, constatou-se um grande número de alunos que estabelecia um certo grau de amizade pelas brincadeiras assistidas e ao mesmo tempo notou-se que um pequeno número preferia se isolar individualmente.

Os professores auxiliam os alunos surdos de forma adequada? Justifique.



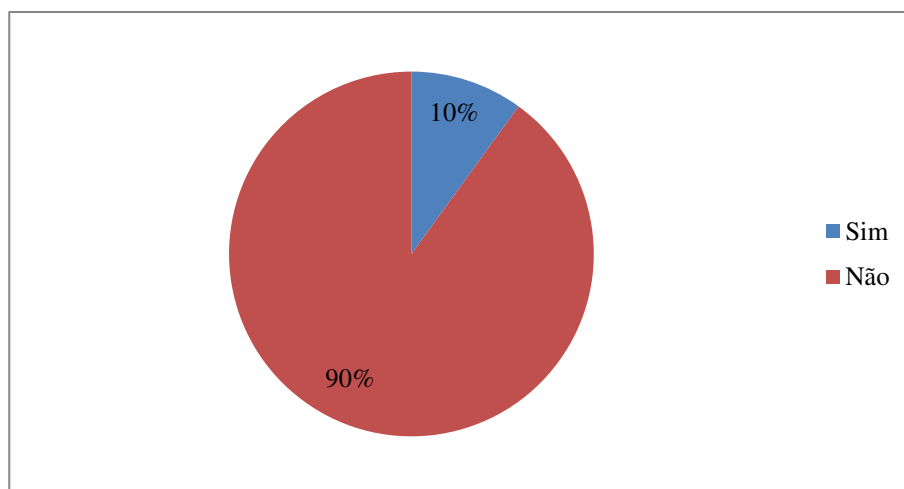
Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Os gráficos demonstram que 90% dos entrevistados afirmam que o atendimento aos alunos surdos é adequado, pois atende as necessidades dos mesmos, inclusive os surdos compactuam da mesma opinião. No entanto 10% discordam, acreditam que devido à falta de comunicação os alunos surdos ficam meio que desamparados.

De fato a maioria responderam que os alunos surdos são bem atendidos, no trabalho estudantil, no entanto uma grande minoria observou que existe necessidade dos professores melhorar na maneira como trabalhar, não só os alunos surdos, mas também os ouvintes.

Os resultados obtidos pela maioria dos entrevistados não condizem com os fatos analisados durante o período de observação. Notou-se uma verdadeira exclusão por parte dos professores presentes no que diz respeito ao tratamento com os alunos surdos, pois os mesmos pareciam que não estavam ali, o interprete se ausentava constantemente da sala de aula, e nesses momentos os alunos surdos ficavam sós, sem ninguém que demonstrasse interesse em explicar algo diretamente a eles.

Você sabe se comunicar com os alunos surdos e vice-versa? Justifique?

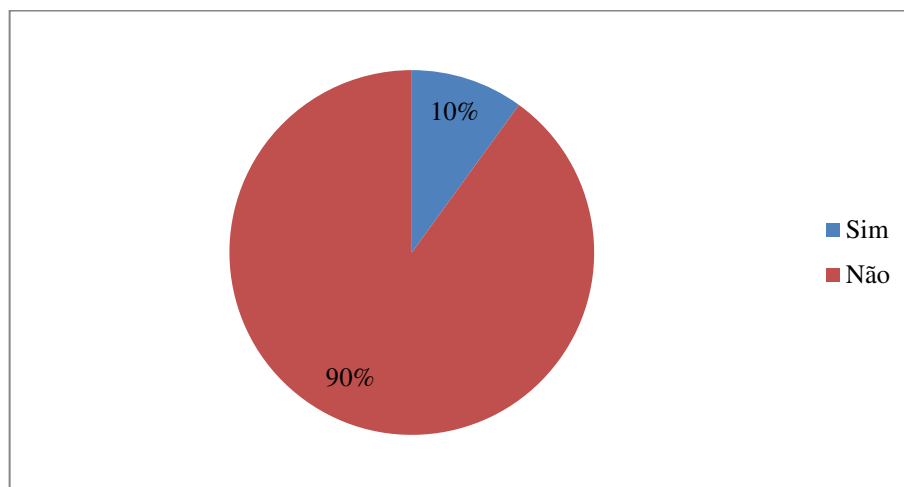


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Os entrevistados lamentaram por não conhecer a Libras, portanto não se comunicam perfeitamente com os surdos, pois não entendem muito bem o que eles querem dizer entre si, mas mesmo assim, todos procuram se relacionar um com o outro da melhor maneira possível. Os 10% dos entrevistados afirmaram que se comunicam apesar da grande dificuldade estão aos poucos se fazendo entender e procurando entender o outro.

Observa-se que as respostas dadas relatam a realidade dos integrantes da turma. Existe uma grande dificuldade na comunicação entre todos, porém os alunos surdos e ouvintes que se esforçam para manter uma boa comunicação fortalecendo a amizade entre eles.

Você conhece a língua de sinais?

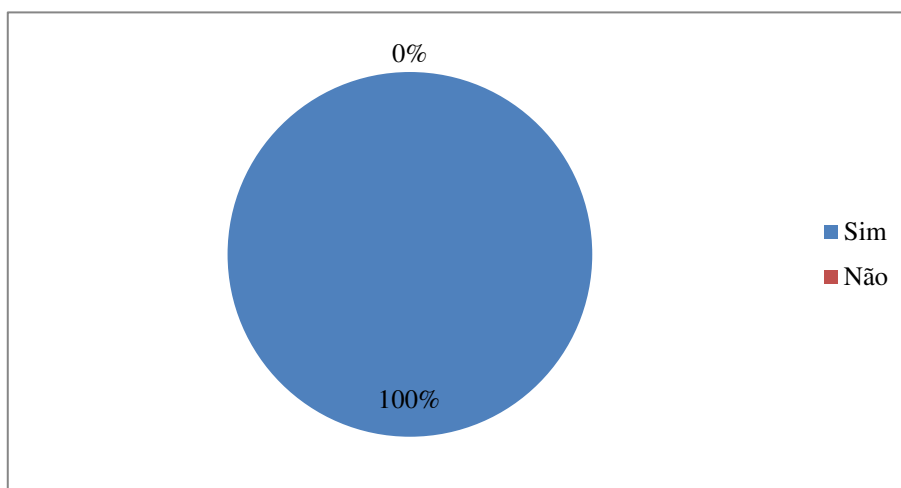


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Os 90% não conhecem a língua de sinais, no entanto conseguem se comunicar através de gestos e que os mesmos acham bonita esta língua e que tem vontade de aprender. Já os 10% restante afirmaram que conhece alguns sinais, pois devido à convivência com os colegas surdos se interessaram em aprender um pouco sobre a língua de sinais, já os alunos surdos foram os que demonstraram mais saber utilizar a língua de sinais.

Foi diagnosticado que o conhecimento de Libras entre os alunos surdos e ouvinte é insuficiente e que eles se comunicam na maioria das vezes por gestos e mímicas.

Você tem dificuldade em alguma disciplina? Qual e por quê?



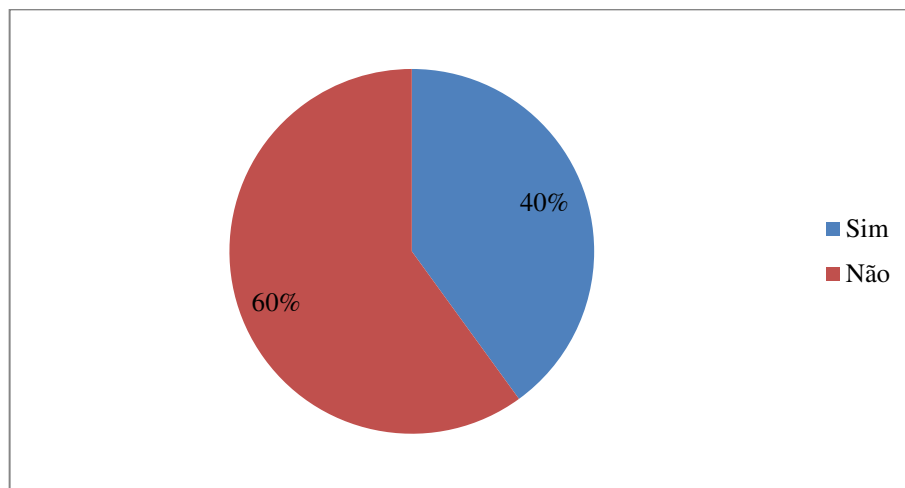
Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Todos os entrevistados, ouvintes ou não, afirmaram que tem dificuldade em determinadas disciplinas, principalmente em Matemática, Ciências, e Biologia; porque consideram as disciplinas mais complicadas e de difícil compreensão.

Um ou outro professor demonstrou interesse e preocupação com a aprendizagem dos alunos, estimulando-os e preparando-os para a prova do IFMA, no entanto observa-se por desconhecer a Libras pouco se dirigia ao aluno surdo, mesmo com a presença limitada da única interprete existente e responsável por traduzir todas as aulas.

Esta atitude resulta em uma grande barreira que ainda precisa ser trabalhada para mudar estes fatos, pois o professor precisa acreditar no potencial de seu aluno, seja ele, surdo ou ouvinte. É necessário que haja um maior respeito por esta clientela, pois só assim a inclusão deixará de ser utopia e tornará uma realidade em sala de aula.

Você tem dificuldade em permanecer inserido no ambiente escolar? Qual?

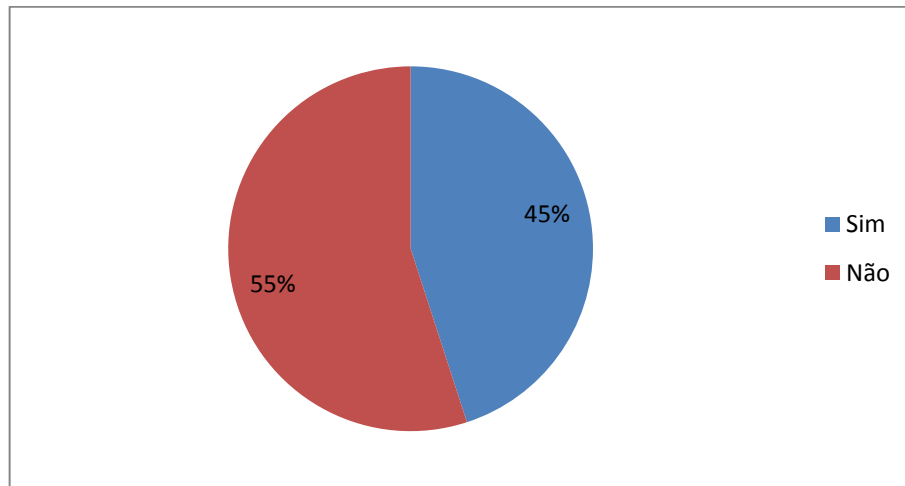


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Como mostra o gráfico tanto surdos quanto ouvintes apresentaram enorme dificuldade em permanecerem inseridos no ambiente escolar, todos os alunos surdos se queixaram que a surdez é a maior dificuldade existente na sua inclusão no meio educacional, no entanto outros

fatores como: necessidade de trabalhar, morar longe e dificuldade em aprender são os exemplos de empecilhos que desestimulam os alunos em uma maior participação escolar.

Você se acha incluído no sistema Educacional? Justifique.



Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

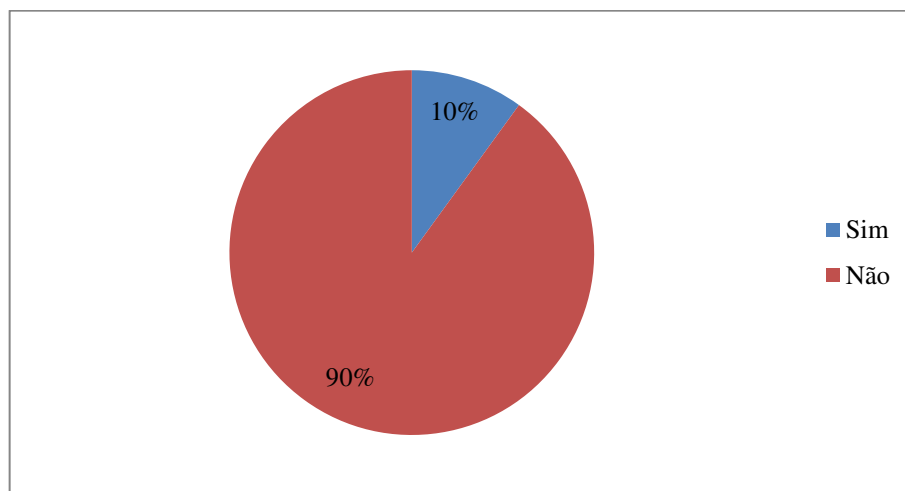
Em relação a esta pergunta houve um número bem próximo, pois 45 % dos entrevistados se consideram bem aceitos no ambiente escolar, que se sentem estimulados para com os estudos, no entanto a grande maioria se considera um pouco excluídos, pois muitas vezes se sentem sem estímulos necessários que os auxiliam em suas dificuldades.

Observa-se que a maioria sente na pele, principalmente os surdos, um isolamento por parte de alguns profissionais, acredita que seja devido à falta de comunicação. O que se constatou é que apesar da escola estar equipada com sala de AEE, ter rampa e banheiro para cadeirante e intérprete para surdo, além de cuidadores para algumas crianças, é notória a exclusão, pois os professores no caso dos surdos não demonstraram interesse e preocupação em saber se os mesmos estavam aprendendo ou não.

3.2 Percepções de professores sobre as experiências de inclusão de alunos com surdez

Para uma análise sistemática da visão dos professores em relação ao uso de libras foi aplicado um questionário aos mesmos. As respostas obtidas serão destacadas nos gráficos abaixo, assim como as reflexões produzidas a partir das mesmas.

Você sabe se comunicar com os alunos surdos inseridos nesta escola?



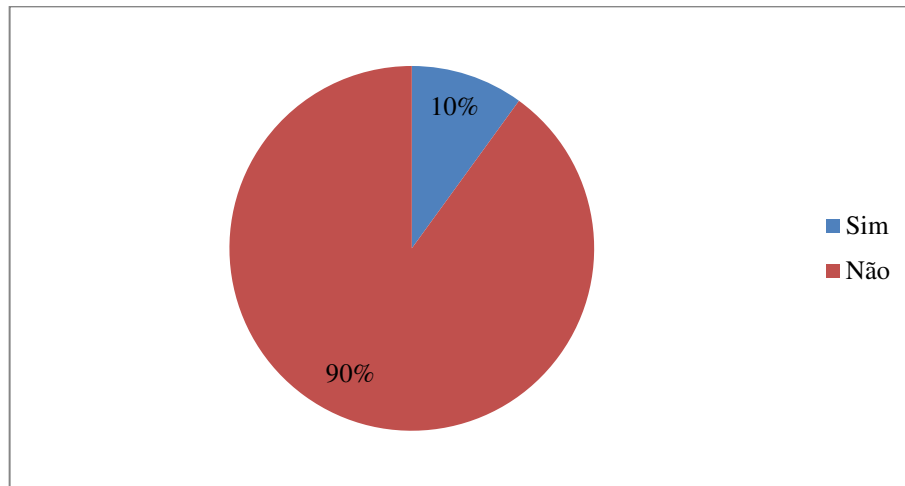
Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Conforme os resultados descritos acima, somente 10% dos entrevistados tem um leve conhecimento da Libras; os mesmos afirmam que conhecem alguns sinais, mas que não é o suficiente para manter uma comunicação eficiente entre os alunos dificultando assim no processo de ensinar e aprender. Por outro lado, 90% deles desconhece a língua de sinais, tornando dependente exclusivo da presença do interprete em sala de aula.

Com as novas leis da inclusão, a profissão do interprete, tradutor e guia turístico são reconhecidas por lei, com estas mudanças torna-se obrigatório o estudo de libras como disciplina obrigatória nos cursos superiores. O que foi relatado que todos os professores entrevistados são graduados e alguns são pós-graduados, no entanto o resultado da pesquisa

comprova que a maioria não tem conhecimento sobre a língua de sinais. Este resultado traz um questionamento se as instituições que oferecem ensino superior estão realmente cumprindo com a lei ou se realmente está faltando interesse por parte dos graduandos nesta disciplina.

Você se considera preparado (a) para lecionar em uma turma com alunos surdos?

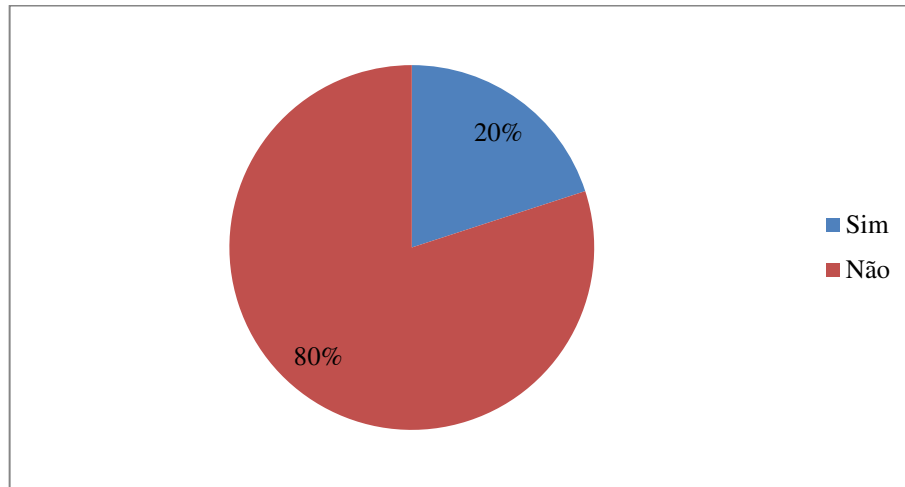


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

A maioria respondeu que não se considera preparados para trabalhar com os alunos surdos da sala, pois consideram a comunicação essencial para haver sucesso no processo educacional da aprendizagem dos alunos surdos como também no ato de orientá-los para que os mesmos sejam capazes de entender o conteúdo trabalhado.

É fato! Mais de uma década já se passaram desde a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos superiores, no entanto, poucos foram os sucessos alcançados nesta área, o resultado do gráfico comprova que ainda falta muito interesse por parte da sociedade e principalmente por parte dos profissionais de educação em procurar se qualificar nesta nova língua, a LIBRAS.

Os alunos surdos desta escola possui um bom nível de aprendizagem?

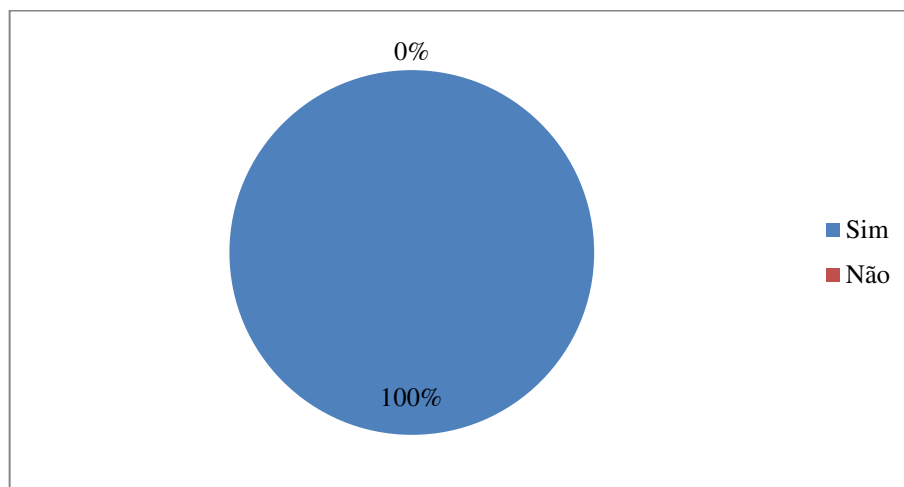


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Os professores entrevistados 80% responderam que os alunos têm grande dificuldade no ato de compreender o conteúdo ensinado e que os mesmos possui baixo nível no que se refere ao trabalho estudantil, pois são muito faltosos e preguiçosos e que não demonstram interesse e curiosidade em aprender o que estar sendo ensinado. Os outros 20% dos demais professores afirmaram que o nível de aprendizagem dos alunos surdos é avaliado como satisfatório já que não difere muito da maioria dos demais alunos matriculados na sala.

O gráfico detalhou claramente a realidade vivenciada dos 37 alunos matriculados no 9º ano desta unidade de ensino, os 80% que afirmaram o fraco desempenho estudantil dos alunos surdos foram sucintos e realistas, pois alguns faltaram com frequência no período de observação, assim dificultando o acompanhamento das aulas e da sequência didática dos conteúdos trabalhados neste período, resultando em uma participação não ativa das aulas. Os 20% disseram que se comparado com interesse dos alunos ouvintes, o nível de aprendizagem dos mesmos é igual.

A escola oferta algum recurso diferenciado para trabalhar com alunos surdos?

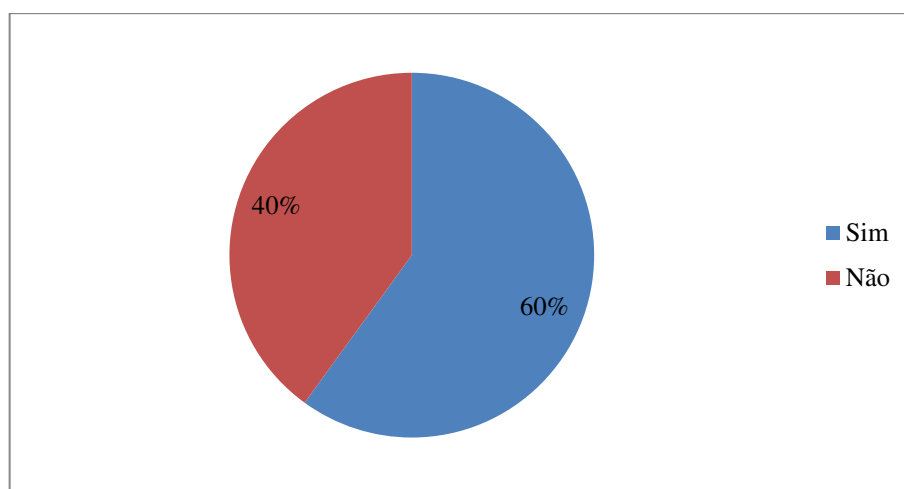


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Todos os professores afirmaram que a escola oferta recursos diferenciados para trabalharem com alunos surdos visando auxiliá-los em suas dificuldades, pretendendo atendê-los da melhor forma possível.

Esta afirmativa por parte de todos, nos leva a refletir sobre o dia a dia do aluno surdo em sala de aula. Se a escola oferece recursos por que ninguém utilizou durante os dias que foram observados as aulas? Por que até o interprete sumiu?

Seu plano de aula atende a necessidade dos alunos surdos?

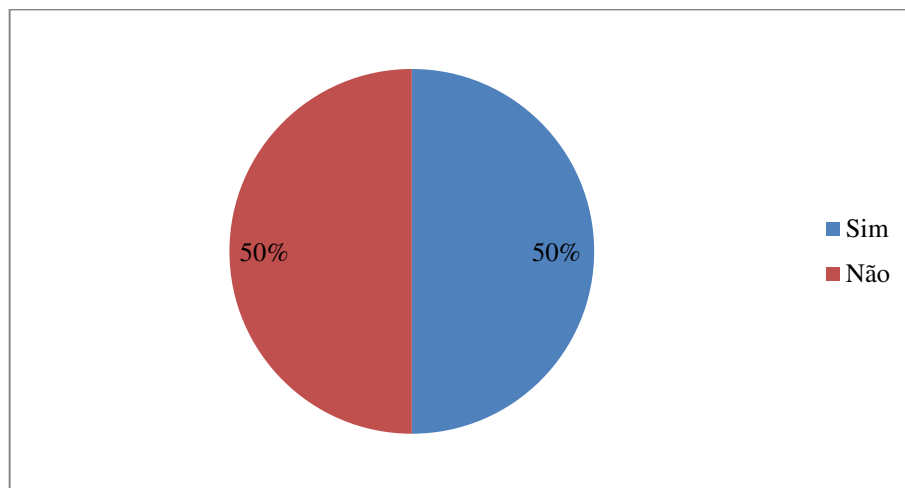


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Analisando o gráfico acima, foi constatado que 60% dos profissionais consideram que seus planos de aula atende a necessidade dos alunos surdos e os 40% dos demais responderam que não atende aos alunos surdos.

A maioria respondeu que seu plano de aula atende as necessidades dos alunos surdos, porém o que foi observado é que em nenhum momento o professor se dirige a este aluno, não os integra ao meio para que haja uma interação, uma comunicação. Na realidade a resposta da minoria tem mais haver com os fatos reais vivenciados. Os alunos surdos sentam no fundo da sala e o professor ministra sua aula como se todos os alunos fossem ouvintes. Não foi observado uma relação de amizade, companheirismo e contanto entre professores e alunos surdos.

Você usa alguma metodologia diferenciada para atender os alunos surdos? Quais?

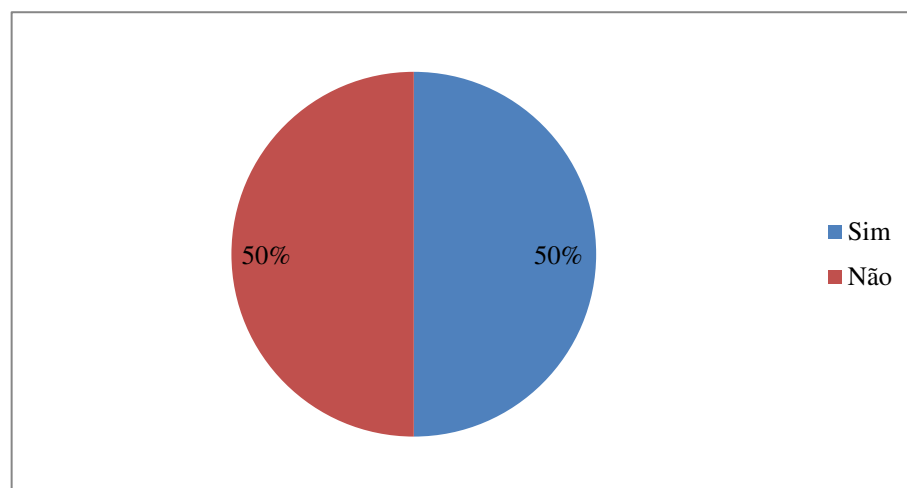


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Aqui chegamos ao empate, metade dos entrevistados respondeu que utilizam metodologia diferenciada para atender aos alunos surdos. Exemplos: jogos, slides, leituras apropriadas. A outra metade afirmou não utilizar metodologia específica para atender o aluno surdo.

O resultado deste questionário apresenta a real situação de muitos profissionais que fazem parte do meio educacional no Brasil, por um lado 50% dos entrevistados afirmaram que utilizam metodologias próprias que facilite a aprendizagem dos mesmos respeitando suas diferenças, estimulando seus potenciais. Todavia como já foi afirmado, nada disso foi presenciado durante o período de observação, os planos de aula são elaborados para um público só, ou seja, para os estudantes ouvintes, desta forma constata-se que a exclusão é evidente e que tentam camuflar uma resposta contrária aos que fatos que são bem visíveis. Os outros 50% relataram que não fazem uso de metodologias específicas para o trabalho com os alunos deficientes. Estes profissionais deram suas respostas baseados em seu trabalho do cotidiano. Suas respostas condizem com os fatos observados durante a visita a U. E. F. Alice Mendes, porém como todos informaram; se a escola oferece recursos para atender esta clientela de forma diferenciada porque a metade destes profissionais afirmou não adotar estratégias diferenciadas? Conclui-se que o amor e o respeito pelo trabalho de inclusão precisa ser levado mais a sério para haver uma melhoria e maior transformação positiva desta realidade.

No planejamento mensal, você se senta com o interprete para planejar? Como?

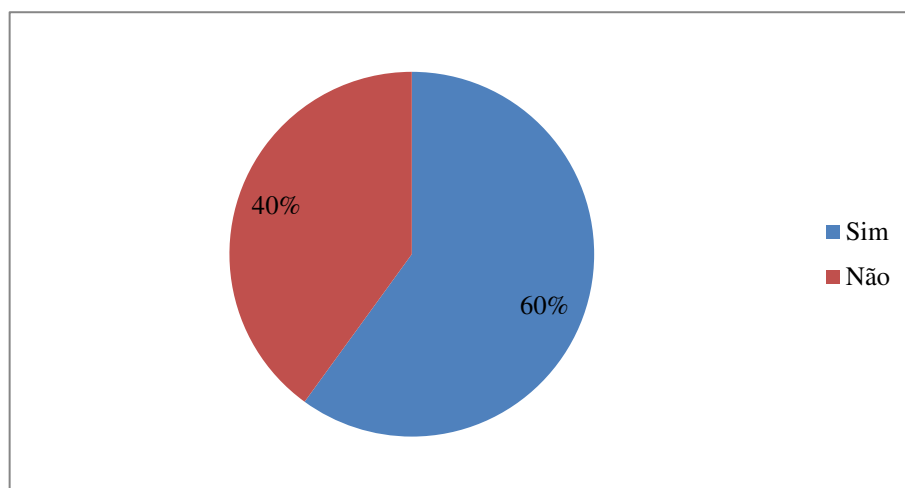


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Observando os resultados do gráfico acima, verificamos uma divisão exata dos profissionais que se reúne com o interprete para elaborar seu plano de aula e apresentar as ferramentas necessárias a serem abordadas e que este acontecimento é realizado mensalmente. Por outro lado, os demais funcionários afirmam que não se reúne com o interprete para elaborar seu planejamento, pois os fazem isoladamente cada um fica responsável pelo seu próprio planejamento.

É notório que a falta desta prática prejudica o processo de aprendizagem dos alunos surdos, pois a união e a parceria de todos em prol de buscar melhorias na solução das dificuldades de aprendizagem desta clientela torna-se inexistente, e o fracasso escolar aumenta, pois o aluno surdo precisa ser encorajado e estimulado frequentemente para que o mesmo não se deixe abater pelas dificuldades. O trabalho do professor torna-se uma tarefa árdua, pois o mesmo é obrigado a procurar encontrar recursos favoráveis ao sucesso do seu aluno surdo, tornando-se pesquisador assíduo para dinamizar sua aula, influenciando o aluno surdo a se inserir nas atividades realizadas diariamente.

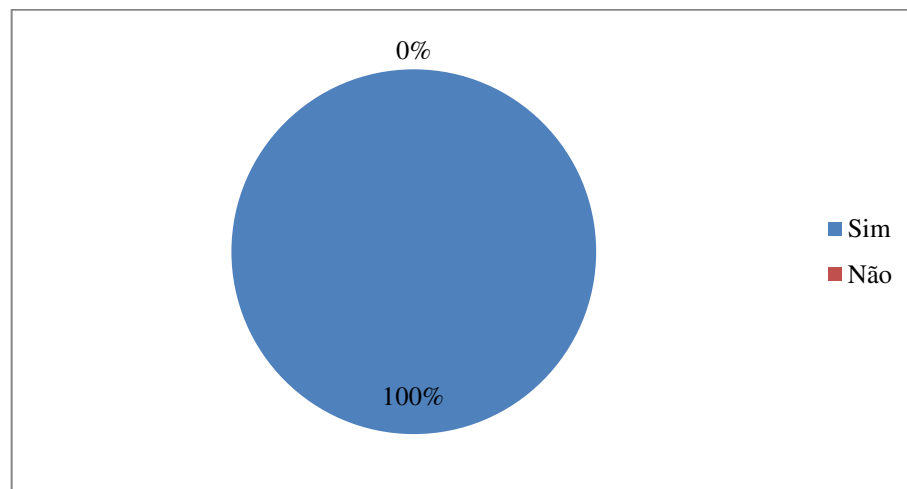
Você acredita que na prática existe inclusão educacional? Comente.



Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Nesta pergunta 60% dos professores responderam que sim, a inclusão existe na prática e que acreditam no desempenho dos profissionais da área, além de existir bastantes recursos disponíveis que auxiliam de fato os alunos surdos na sua aprendizagem, existe também uma parceria com os demais professores das diversas disciplinas desta maneira acreditam que ainda falta muito para que este processo fique completo, porém existem muitas melhorias desde as leis que regularizaram a educação inclusiva. Os 40% restantes negaram a existência de uma educação inclusiva na prática, pois a realidade retrata uma prática que está longe de acontecer, pois faltam pessoas sensibilizadas que almejam uma educação inclusiva de qualidade, falta políticas públicas que vise capacitar profissionais que saiba desenvolver um trabalho onde o respeito ao aluno surdo seja evidente

O aluno surdo é atendido de forma adequada? Atende suas necessidades?

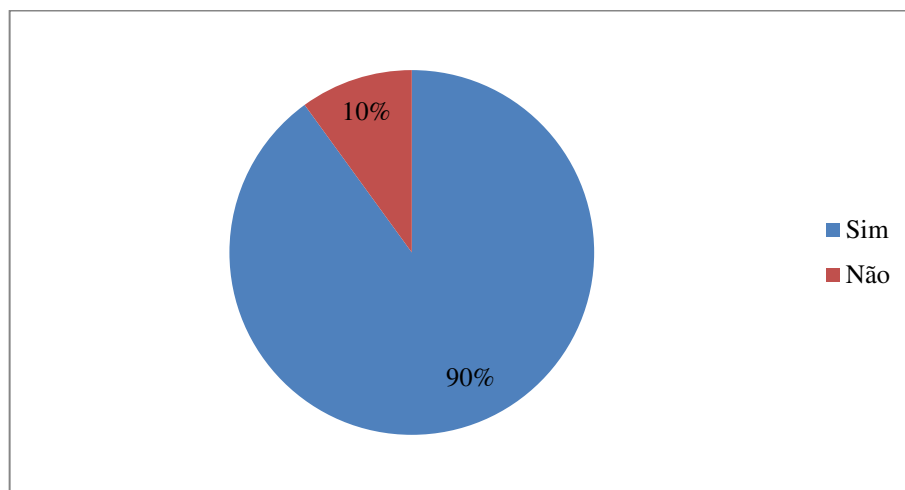


Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Os professores da U. E. F Alice Mendes foram unânimes ao afirmar que os alunos surdos desta unidade de ensino são atendidos adequadamente e que são assistidos perfeitamente em suas necessidades, pois existe um interprete excelente de LIBRAS.

Este gráfico retrata uma triste realidade, no pensamento de muitos educadores o aluno surdo é responsabilidade exclusiva do intérprete e que os professores das demais disciplinas não tem nenhuma responsabilidade e compromisso para com o aluno. O mesmo pensamento é mais bastante frequente para as demais deficiências, o aluno passa a ser responsabilidade única e exclusiva do cuidador. Este pensamento vem sendo crescente e um fica passando a responsabilidade para o outro, resultando em pouco rendimento do aluno, reprovação e evasão escolar.

Existe parceria entre pais, alunos, professores e demais funcionários desta escola que contribua para um bom desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo? Explique.



Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

O último gráfico apresentou o resultado onde 90% dos entrevistados afirmaram que existe uma parceria entre pais, alunos, professores e demais funcionários da escola que contribui para o bom desenvolvimento da aprendizagem dos alunos surdos, pois existem metas pedagógicas específicas para esta temática, como aplicação de projetos educacionais, existem os demais funcionários como o professor do AEE, (Atendimento Educacional Especializado), os cuidadores e o intérprete que dão suporte aos professores das demais disciplinas no desenvolvimento do trabalho com o aluno com algum tipo de deficiência onde todo o esforço e

desempenho desenvolvido são voltados para a melhoria de aprendizagem deste aluno, respeitando sempre suas diferenças, os profissionais são pessoas capacitadas para auxiliar o aluno durante as aulas, os pais estão sempre visitando a escola e os demais funcionários tentam se adaptar da melhor forma possível para atender cada aluno. Os 10% restante disseram que não existe nenhuma parceria entre si que contribua para facilitar a vida do estudante surdo solucionando assim os problemas existentes na vida destes alunos.

Parceria entre pessoas voltadas para um mesmo objetivo é um fator que geralmente gera grandes resultados satisfatório. Sabe-se que muito se tem debatido sobre a educação inclusiva nos últimos anos percebe-se também que já houve melhorias, mas é evidente que ainda existe uma grande necessidade de melhorias que desenvolva metas na prática de como realizar um trabalho mais eficiente com profissionais preparados antecipadamente para trabalhar em sala de aula com o aluno com deficiência, que estes professores tenham compromissos em estar sempre se preocupando em fazer um trabalho que ofereça no aluno bem estar em sala de aula, que este discente esteja incluído, envolvido com as ações realizadas em sala, que o aluno tenha prazer em se fazer presente no meio educacional. Só assim poderemos ver e viver na prática uma educação igualitária, uma sociedade sem discriminação e a transformação da história de um povo sofrido, excluído e massacrado ao longo da vida pela ignorância de uma nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou um estudo a respeito da inclusão, com o tema, “Percepções e experiências de inclusão de alunos surdos na U. E. F. Alice Mendes”, vem desenvolver um levantamento da realidade vivenciada nos dias atuais objetivando retratar os avanços e os fracassos existentes, após a implantação da inclusão na sala de aula. Com o intuito de vivenciar de perto as experiências e as percepções da educação inclusiva no espaço escolar, foi realizado inicialmente uma pesquisa bibliográfica, por meio de livros e internet, questionários e entrevistas para se situar sobre a história da educação especial ao longo dos séculos. Para um melhor estudo e constatações dos fatos, realizou-se um período de estágio para uma pesquisa de campo que se evidenciou um trabalho de professores, alunos e interpretes que se esforçam por adequar as metodologias ao novo sistema educacional de inclusão, auxiliando assim a existência e a permanência do aluno surdo no ambiente escolar de forma que o mesmo desenvolva sua aprendizagem.

Este trabalho acadêmico foi organizado em três capítulos. O primeiro foi subdividido em três sub tópicos: 1.1 Educação Inclusiva; 1.2 Surdez e Educação Escolar e 1.3 Documentos legais. Exposto desta forma pretende-se ofertar aos leitores uma diversidade de referências bibliográfica para satisfazer o anseio dos leitores. No segundo tópico foi caracterizado o contexto de análise, onde foi subdividido em dois itens: o 2.1 A educação inclusiva a partir de Bacabal e 2.2 Entrando na escola: a escola Alice Mendes e o seu projeto político pedagógico. Neste momento relata-se sobre o campo pesquisado e o que a escola como um todo, está fazendo para auxiliar seus alunos, no desenvolvimento de sua aprendizagem. No terceiro e último item deste trabalho, A inclusão escolar de alunos: o que dizem professores, cuidadores, interpretes e alunos, foi subdividido em: 3.1 como os alunos percebem a inclusão do aluno surdo e 3.2

Percepções de professores sobre as experiências de inclusão de alunos com surdez. Desta forma através de questionários foram obtidas opiniões e reflexões a respeito desta temática.

Contudo, conclui-se que a despeito dos avanços legais e das iniciativas das instituições locais, como a Secretaria de Educação Municipal e Estadual, e a ASTILB, além do PPP da U. E. F. Alice Mendes, constata-se a necessidade de um trabalho que melhore a qualidade do ensino para este público, pois é notório que há muito ainda a ser feito para que se avance concretamente na solução dos problemas aqui já citado. Finalizado o trabalho é importante ressaltar que é de grande valia a oferta de cursos de LIBRAS para ampliar o conhecimento desta língua e qualificar melhor os profissionais para desenvolver um trabalho com mais prazer e mais sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, WG., org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, 197 p. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from SciELO Book . Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457.pdf/>>. Acesso 13 de mar. de 2018.

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm/>. Acesso 09 de fev. de 2018.

DURKHEIM, Émile, **Educação e Sociologia** / Émile Durkheim; tradução de Stephania Matousek. – 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 – 1858-1917. (Coleção Textos Fundantes de Educação).

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos/Sueli Fernandes** – Curitiba: Inter Saberes, 2012. (Série Inclusão Escolar).

GESSER, Audrei. **LIBRAS?: Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda** / Audrei Gesser; [prefácio de Pedro M. Garcez]. – São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. CEDES vol.26 no.69 Campinas May/Aug. 2006.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000200004/. Acesso 24 de nov. 2017.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Rev. Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./mar. 2013.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf/>. Acesso 26 de jan. 2018.

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10098.pdf/>>. Acesso 27 de jan. 2018.

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm/>. Acesso 02 de fev. 2018.

LEI Nº 11.796, DE 29 DE OUTUBRO DE 2008. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11796.htm/>. Acesso 13 de fev. de 2018.

LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm/>. Acesso 07 de fev. de 2018.

LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Disponível em:

<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0038-0041_c.pdf/>. Acesso 20 de jan. 2018.

LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm/>. Acesso 20 de jan. 2018.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm/>. Acesso 25 de jan. 2018

MARQUES, Luciana Pacheco – UFJF; ROMUALDO, Anderson dos Santos – SEE/MG – asaromualdo@yahoo.com.br PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA **Eixo 1 - A educação que emancipa frente às injustiças, desigualdades e vulnerabilidades.** Disponível em:

<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3512/1/FPF_PTPF_01_0435.pdf/>. Acesso 04 de mar. 2018.

PAGNEZ, Karina Soledad; SOFIATO, Cássia Geciauskas. O estado da arte de pesquisas sobre a educação de surdos no Brasil de 2007 a 2011. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, Brasil, n. 52, p. 229-256, abr./jun. 2014.

Portaria nº 3.284, de 7 de NOVEMBRO de 2003. (DOU 11/11/2003 p. 12, Seção 1).

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf/>>. Acesso 07 de fev. de 2018.

QUILES, Raquel Elizabeth Saes. **As políticas públicas em educação especial: o conceito de inclusão em construção.** Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/politicas/334-2011.pdf/>. Acesso 02 de fev. 2018.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf/>>. Acesso 02 de fev. 2018.

Setembro azul: qual é o nosso papel no mês dos surdos? (Texto de João Vitor Bogas)/ acessibilidade, Comunidade Surda. Disponível em: <[Blog.handtalk.me/setembro azul](http://Blog.handtalk.me/setembro-azul)>, acesso em 10 de jan 2018.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: historia e fundamentos /** Aline Maira da Silva. – Curitiba: Inter Saberes, 2012. (Série Inclusão Escolar).

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva e; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **O Aluno Surdo na Escola Regular: Imagem e Ação do Professor.** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Mai-Ago Universidade de Campinas, 2003, Vol. 19 n. 2, pp. 173-176.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Questionário aplicado aos alunos surdos

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS III – BACABAL - MA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-SOCIOLOGIA**

Prezado Aluno (a),

Este questionário é o instrumento da pesquisa de campo - **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**: As contribuições do **USO DE LIBRAS** como auxílio educacional de alunos surdos, elaborado pelo Acadêmico, Adriano Rocha. A sua participação é fundamental para concretização desta pesquisa. Será garantido o sigilo de suas respostas, isenção de despesas e direito de acesso a pesquisa.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS SURDOS

ALUNO (A):..... **IDADE:**

1ª – Você gosta de estudar nesta escola?

() SIM () NÃO

2ª – Você acha importante o interprete de Libras em sala de aula?

() SIM () NÃO

3ª – Você pretende cursar uma faculdade?

() SIM () NÃO

4ª – Você se relaciona bem com seus colegas de turma?

() SIM () NÃO

5ª – Seus professores te auxiliam em sua aprendizagem?

() SIM () NÃO

6ª – Você sabe ler e escrever?

() SIM () NÃO

7ª - Você conhece a LIBRAS?

() SIM () NÃO

8ª – Tem dificuldade em alguma disciplina? Qual? E por quê?

9ª – Você tem alguma dificuldade em permanecer inserido em ambiente escolar? Quais.

10ª – Você se acha incluído no sistema Educacional? Justifique.

APÊNDICE B: Questionário aplicado aos alunos ouvintes

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS III – BACABAL - MA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-SOCIOLOGIA**

Prezado Aluno (a),

Este questionário é o instrumento da pesquisa de campo - **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**: As contribuições do **USO DE LIBRAS** como auxílio educacional de alunos surdos, elaborado pelo Acadêmico, Adriano Rocha. A sua participação é fundamental para concretização desta pesquisa. Será garantido o sigilo de suas respostas, isenção de despesas e direito de acesso a pesquisa.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS OUVINTES

ALUNO (A): **IDADE:**

1ª – Você gosta de estudar nesta escola?

() SIM () NÃO

2ª – Você acha importante o interprete de Libras em sala de aula para orientar os alunos surdos?

() SIM () NÃO

3ª – Você pretende cursar uma faculdade?

() SIM () NÃO

4ª – Você se relaciona bem com seus colegas surdos da turma?

() SIM () NÃO

5ª – Os professores auxiliam os alunos surdos de forma adequada em sua aprendizagem?

() SIM () NÃO

6ª – Você sabe se comunicar com os alunos surdos?

() SIM () NÃO

7ª - Você conhece a línguas de sinais?

() SIM () NÃO

8ª – Você acredita que na prática existe inclusão educacional?

() SIM () NÃO

9ª – Os alunos surdos são atendidos de forma adequada pelos profissionais da escola?

() SIM () NÃO

10ª – Os alunos surdos desta escola conseguem acompanhar as explicações das aulas?

() SIM () NÃO

APÊNDICE C: Entrevista com os educadores da turma do 9º ano

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS III – BACABAL - MA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-SOCIOLOGIA**

Prezado Educador (a),

Esta entrevista é o instrumento da pesquisa de campo - **EDUCAÇÃO INCLUSIVA:** As contribuições do **USO DE LIBRAS** como auxílio educacional de alunos surdos, elaborado pelo Acadêmico, Adriano Rocha. A sua participação é fundamental para concretização desta pesquisa. Será garantido o sigilo de suas respostas, isenção de despesas e direito de acesso a pesquisa.

PROFESSOR(A):

DISCIPLINA:

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

ENTREVISTA COM OS EDUCADORES

1ª – Você sabe se comunicar com os alunos surdos inseridos nesta escola?

() SIM () NÃO

2ª – Você se considera preparado (a) para lecionar em uma turma com alunos surdos?

() SIM () NÃO

3ª – Os alunos surdos desta escola possui um bom nível de aprendizagem?

() SIM () NÃO

4ª – A escola oferta algum recurso diferenciado para trabalhar com alunos surdos?

() SIM () NÃO

5ª – Seu Plano de aula atende a necessidade dos alunos surdos?

() SIM () NÃO

6ª – Você usa alguma metodologia diferenciada para atender os alunos surdos? Quais?

7ª – No planejamento mensal, você se senta com o interprete para planejar? Como?

8ª – Você acredita que na prática existe inclusão educacional? Comente.

9ª – O aluno surdo é atendido de forma adequada? Atende suas necessidades?

10ª – Existe parceria entre pais, alunos, professores e demais funcionários desta escola que contribua para um bom desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo? Explique.

APÊNDICE D: Entrevista com o interprete da turma do 9º ano

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS III – BACABAL - MA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-SOCIOLOGIA**

Prezado Educador (a),

Esta entrevista é o instrumento da pesquisa de campo - **EDUCAÇÃO INCLUSIVA:** As contribuições do **USO DE LIBRAS** como auxílio educacional de alunos surdos, elaborado pelo Acadêmico, Adriano Rocha. A sua participação é fundamental para concretização desta pesquisa. Será garantido o sigilo de suas respostas, isenção de despesas e direito de acesso a pesquisa.

PROFESSOR(A):

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

ENTREVISTA COM O INTERPRETE

1ª – Você gosta de seu trabalho de interprete?

() SIM () NÃO

2ª – É importante o trabalho de interprete em sala de aula?

() SIM () NÃO

3ª – Você utiliza algum recurso específico para trabalhar com o aluno surdo?

() SIM () NÃO

4ª – No planejamento mensal, você se senta com os demais professores para elaborar plano de aula?

() SIM () NÃO

5ª – Você acredita que o trabalho de interprete estimula o aluno surdo no processo ensino aprendizagem?

() SIM () NÃO

6ª – Existem metodologias específicas para o interprete trabalhar com o aluno surdo? Cite.

7ª – Você acredita que na prática existe inclusão educacional? Comente.

8ª – O aluno surdo é atendido de forma adequada? Atende suas necessidades?

9ª – Existe parceria entre pais, alunos, professores e demais funcionários desta escola que contribua para um bom desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo? Explique.

10ª – Fale um pouco de seu trabalho como interprete.

APÊNDICE E: Entrevista com os cuidadores da U.E.F. ALICE MENDES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS III – BACABAL - MA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-SOCIOLOGIA**

Prezado Educador (a),

Esta entrevista é o instrumento da pesquisa de campo - **EDUCAÇÃO INCLUSIVA:** As contribuições do **USO DE LIBRAS** como auxílio educacional de alunos surdos, elaborado pelo Acadêmico, Adriano Rocha. A sua participação é fundamental para concretização desta pesquisa. Será garantido o sigilo de suas respostas, isenção de despesas e direito de acesso a pesquisa.

PROFESSOR(A):

DISCIPLINA:

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

ENTREVISTA COM OS CUIDADORES DA U.E.F. ALICE MENDES

1ª – Você gosta de seu trabalho de cuidador (a)?

() SIM () NÃO

2ª – É importante o trabalho de cuidador (a) em sala de aula?

() SIM () NÃO

3ª – Você utiliza algum recurso específico para trabalhar com o aluno em suas necessidades?

() SIM () NÃO

4ª – No planejamento mensal, você se senta com os demais professores para elaborar plano de aula?

() SIM () NÃO

5ª – Você acredita que o trabalho de cuidador estimula o aluno em suas necessidades no processo ensino aprendizagem?

() SIM () NÃO

6ª – Existem metodologias específicas para o cuidador trabalhar com o aluno em suas necessidades? Cite.

7ª – Você acredita que na prática existe inclusão educacional? Comente.

8ª – O aluno que necessita de cuidador é atendido de forma adequada? Atende suas necessidades?

9ª – Existe parceria entre pais, alunos, professores e demais funcionários desta escola que contribua para um bom desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo? Explique!

10ª – Fale um pouco de seu trabalho como cuidador.

APÊNDICE F: Entrevista com os profissionais do AEE da U.E.F. ALICE MENDES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS III – BACABAL - MA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-SOCIOLOGIA**

Prezado Educador (a),

Esta entrevista é o instrumento da pesquisa de campo - **EDUCAÇÃO INCLUSIVA:** As contribuições do **USO DE LIBRAS** como auxílio educacional de alunos surdos, elaborado pelo Acadêmico, Adriano Rocha. A sua participação é fundamental para concretização desta pesquisa. Será garantido o sigilo de suas respostas, isenção de despesas e direito de acesso a pesquisa.

PROFESSOR(A):

DISCIPLINA:

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS DO AEE DA U.E.F. ALICE MENDES

1ª – Você gosta de seu trabalho de AEE?

() SIM () NÃO

2ª – É importante o trabalho de AEE na escola?

() SIM () NÃO

3ª – Você sabe se comunicar com os alunos surdos inseridos nesta escola?

() SIM () NÃO

4ª – A escola oferta algum recurso diferenciado para trabalhar com alunos surdos?

() SIM () NÃO

5ª – Você acredita que o trabalho de AEE estimula os alunos surdos no processo ensino aprendizagem?

() SIM () NÃO

6ª – Existem metodologias específicas para o AEE trabalhar com os alunos surdos? Cite.

7ª – Você acredita que na prática existe inclusão educacional? Comente.

8ª – Os alunos surdos são atendidos de forma adequada? Atende suas necessidades?

9ª – Existe parceria entre pais, alunos, professores e demais funcionários desta escola que contribua para um bom desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo? Explique!

10ª – Fale um pouco de seu trabalho como A.E.E.

APÊNDICE G: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar do estudo referente à pesquisa de campo da Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia, Campus III - Bacabal, cujo tema é: **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: As contribuições do USO DE LIBRAS** como auxílio educacional de alunos surdos.

O trabalho tem como objeto de estudo analisar os mecanismos metodológicos, identificar as ações e descrever como as ações são aplicadas, além de interpretar os benefícios que o uso de libras reflete no aprendizado dos alunos surdos.

E caso você participe, será necessário responder à entrevista (Docente) ou questionário (aluno).

Pela sua participação no estudo não será remunerado, sendo garantido o anonimato, pois você não será identificado.

_____, ____/____/____.

Assinatura do voluntário

Assinatura do pesquisador responsável

ANEXOS

ANEXO A: Ilustrações das dependências da escola pesquisada.



Fonte: Pesquisa de Campo (2018)



Fonte: Pesquisa de Campo (2018)



Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

ANEXO B: Ilustrações da semana sobre a educação inclusiva na Escola Alice Mendes.



Fonte: Pesquisa de Campo (2017)



Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

ANEXO C: Ilustrações do encerramento do trabalho na Escola Alice Mendes.



Fonte: Pesquisa de Campo (2017)



Fonte: Pesquisa de Campo (2017)



Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

ANEXO C: Ilustrações da passeata do dia do surdo, 26 de setembro de 2017, em Bacabal - MA.



Fonte: Pesquisa de Campo (2017)



Fonte: Pesquisa de Campo (2017)



Fonte: Pesquisa de Campo (2017)



Fonte: Pesquisa de Campo (2017)